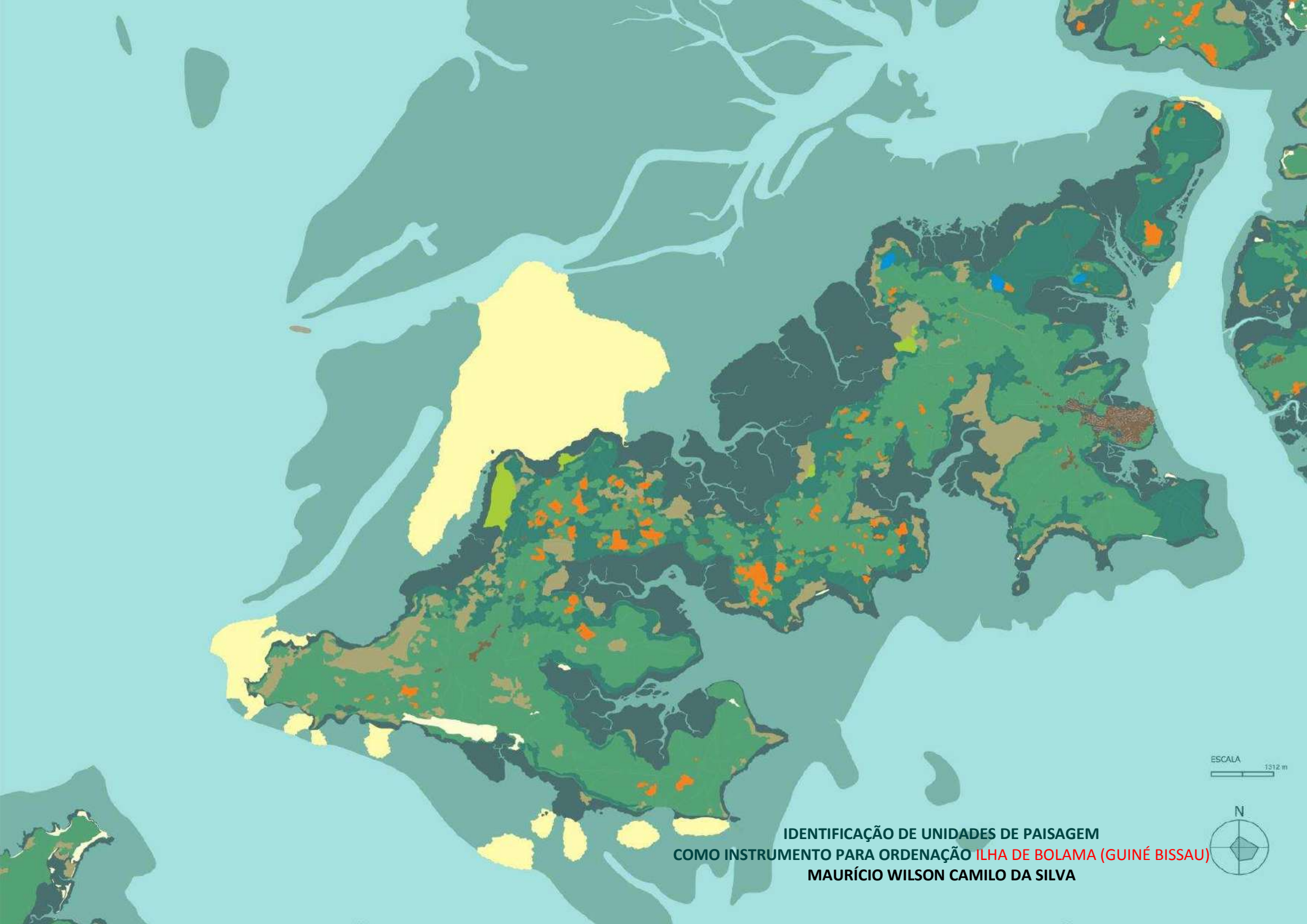
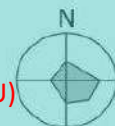




ESCALA
1312 m



IDENTIFICAÇÃO DE UNIDADES DE PAISAGEM
COMO INSTRUMENTO PARA ORDENAÇÃO **ILHA DE BOLAMA (GUINÉ BISSAU)**
MAURÍCIO WILSON CAMILO DA SILVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA PAISAGÍSTICA

•

TRABALHO FINAL DE MESTRADO PROFISSIONAL

•

MAURÍCIO WILSON CAMILO DA SILVA

•

**IDENTIFICAÇÃO DE UNIDADES DE PAISAGEM
COMO INSTRUMENTO PARA ORDENAÇÃO**

ILHA DE BOLAMA (GUINÉ BISSAU)

RIO DE JANEIRO
2016

MAURÍCIO WILSON CAMILO DA SILVA

•

**IDENTIFICAÇÃO DE UNIDADES DE PAISAGEM
COMO INSTRUMENTO PARA ORDENAÇÃO
ILHA DE BOLAMA (GUINÉ BISSAU)**

•

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestrado Profissional em Arquitetura Paisagística.

•

Orientadora:

Rita Cássia Martins Montezuma

Co-Orientadora:

Raquel Hemerly Tardin Coelho

•

RIO DE JANEIRO
2016

S 586 SILVA, Maurício Wilson Camilo da
Silvi IDENTIFICAÇÃO DE UNIDADES DE PAISAGEM COMO
 INSTRUMENTO PARA ORDENAÇÃO - ILHA DE BOLAMA (GUINÉ
 BISSAU) / Maurício Wilson Camilo da SILVA. -- Rio
 de Janeiro, 2016.
 101 f.

 Orientadora: Rita Cássia Martins Montezuma.
 Coorientador: Raquel Hemerly Tardin Coelho.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal
 do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e
 Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo,
 2016.

 1. Unidade de Paisagem. 2. Ordenamento e
 Gestão Territorial. 3. Ocupação e Exploração do
 Recurso. 4. Uso e Apropriação. 5. Patrimônio e Bens
 Coletivos. I. Martins Montezuma, Rita Cássia ,
 orient. II. Tardin Coelho, Raquel Hemerly ,
 coorient. III. Título.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2016.

Postulante: Maurício Wilson Camilo da Silva

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestrado Profissional em Arquitetura Paisagística.

Aprovada por:



Prof.^a Dr.^a Rita Cássia Martins Montezuma – Orientadora PROURB / FAU / UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro



Prof.^a Dr.^a Raquel Hemerly Tardin Coelho – Co Orientadora PROURB / FAU / UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro



Prof.^a Dr.^a Janice Rezende Vieira Peixoto – PosGeo / UFF – Universidade Federal Fluminense



Prof.^a Dr.^a Vera Regina Tângari PROARQ / FAU / UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Á memória de bisabó (bisavó) **Muscuta Turé** e de bisabô (bisavô) **Sello Camara**, pelos ensinamentos deixados à filha Bóbó (avó) **Mariama Camara** (mãe da minha mãe) que refletiu na minha formação ideológica através da minha Mámá **Guilhermina da Silva** (Mana Bébé).

AGRADECIMENTOS

Agradeço profundamente à professora **Rita de Cassia Martins Montezuma** pela confiança e determinação na orientação da pesquisa e desenvolvimento desse trabalho.

Às professoras Lucia Costa, Raquel Tardin de PROURB e Vera Regina Tângari de PROARQ ambas da UFRJ, pela crítica e considerações sugeridas ao trabalho durante a banca de qualificação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a todos (as) docentes que deste faz parte, a destacar os professores Cristovão Fernandes Duarte, Ivete Mello Calil Farah e Ana Rosa de Oliveira, às secretárias Keila Maria de Araújo, Marcia Belo, Margareth Wanderley, Ana Palhares, Patrícia Peixoto, e ao Bruno (técnico de informática). À coordenadora do PROURB UFRJ, Pereira e aos colegas do mestrado e doutorado, em especial o Roberto Campolina Marques Junior, o Leonard Hilsenrath Kotakie, o William Carvalho de Barros e o professor Adriano Paiter Fonseca pelo companheirismo e conhecimentos compartilhados.

À associação da Bancada Paz e Amizade de Djiu di Bolama, em particular aos colegas, Atanasio A. de Carvalho Có, Danilson, Mário Colonia e Abdel Nelson Blete Mirik, à administração regional de Bolama durante governo de transição após o golpe de Estado em Abril de 2012 (07/06/2012 - 04/07/2014), na pessoa de ex-governador Lamine Sisse, ao parlamento

infantil na pessoa de Bebelote Có, Mansata Djaló, Iolanda S. S. Gomes Freirra, à Associação das mulheres horticultoras desse Djiu, aos associados de grupo dos pescadores e a Assistência Médica Internacional (AMI) na pessoa da médica cubana Belkis Nidia Iobaina Sanchez pelo total apoio da esta pesquisa.

À população de Bolama (crianças, adolescente, jovens, adultos e idosos), em especial, o tio Martinho da Silva *Garandi di Bolama*, Lassana Cassama *Puru fidju di Bolama*, pela recepção, hospitalidade e contribuição pela pesquisa que resulta a esse trabalho.

Aos irmãos-amigos e companheiros africanos da Luta de Associação dos Estudantes Guineenses no Rio de Janeiro (AEG-RJ) e PEC-G, a destacar aos do Rio de Janeiro.

À minha ex-namorada Florença de Pina Araújo, pelo amor e apoio incondicional ao longo de todo esse tempo, aos amigos e colaboradores Alfucene Indjai *Ermon di Luta*, Malique Sidibé *Nha colega di Gabú* e Saliu Soares Cassama (Baba) *Nha ermon garandi* que deslocaram ao cruzar do continente ao Djiu di Bolama para ajudar com o levantamento que contribuiu para reflexão nesse trabalho.

À minha mãe (razão da minha existência), às minhas irmãs, Ninha (Manlena), Yayan (Mandé), à Eddy que nos deixou e que deus a tenha, e à Maria, a primeira do meu pai com a tia Fatimata. Aos meus irmãos, Toni, o *reguila da família* e único que resistiu a aculturação de civilizados manifestados no batismo da ordem católica, Zezé *Pilar di Família* que sempre

me deu suporte. Aos meus tios e irmãos Suaid e Rufna (Nha Gêmea), às minhas tias Angelina, Cristina, Odete, Elisa, Djampuni, Mana (Mame di Aninha) e aos meus primos Jó, Iaiu, Helmi, N'doti, Sidi, às minhas primas Aninha, Midana, Macati, Condé e aos meus sobrinhos e sobrinhas pelo amor e apoio incondicional e por aceitarem a minha ausência durante todo esse tempo.

RESUMO

Este trabalho tem como foco a identificação das unidades de paisagem de Ilha de Bolama (Guiné-Bissau) como elementos indicadores de sua futura ordenação.

A identificação das unidades de paisagem está baseada na interrelação dos elementos geobiofísicos e ações humanas que definem e reconfiguram as unidades de paisagem com distintas características e funções, as quais, uma vez avaliadas, possibilitaram a classificação de diferentes unidades de paisagem e, conseqüentemente, suas potencialidades, limitações e aptidões. Essa classificação pode servir como instrumento para uma futura ordenação da paisagem da Ilha.

Palavras-chave:

Unidades de Paisagem; Ordenamento e Gestão Territorial; Ocupação e exploração do Recurso.

ABSTRACT

This work has focused on the identification of landscape units of Island of dependencies (Guinea Bissau) as indicators of their future ordination.

The identification of landscape units is based on the interrelationship of components geobiofísicos and human actions that define and reconfigure the landscape units with distinct characteristics and functions which, once assessed, allowed the classification of different landscape units and, consequently, their potentials, limitations and abilities. This classification may serve as an instrument for future ordering of the landscape of the island.

KeyWords:

Landscape Units; Spatial and Territorial Management; occupation and exploitation of the resource.

LISTA DE ABREVEITURAS E SIGLAS

A – Alto grau biofísico, perceptivo, econômico e de acessibilidade

AEG RJ - Associação dos Estudantes Guineenses no Rio de Janeiro

AMI – Assistência Médica Internacional

B – Baixo grau biofísico, perceptivo, econômico e de acessibilidade

FAU – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

GUC – Gabinete de Urbanização Colonial

IBAP – Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas

IICT - Instituto de Investigação Científica Tropical

INE – Instituto Nacional de Estatística

INEC - Instituto Nacional de Estatística e Censos

JMGIU - Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar

M- Médio grau biofísico, perceptivo, econômico e de acessibilidade

MA – Médio e alto grau biofísico, perceptivo, econômico e de acessibilidade

MAI-GB – Ministério de Administração Interna

MB – médio e baixo grau biofísico, perceptivo, econômico e de acessibilidade

MRNA – Ministério de Recursos Naturais e Ambiente

PEC-G – Programa Estudantes de Convênio de Graduação
PROARQ – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura

PROBOLAMA – Prosperidade para Bolama

PROURB – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo

UF RJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

UP – Unidade de Paisagem

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização do estudo de caso (Elaboração: Autor sobre o mapa do Google maps, 2015). P, 21

Figura 2 confluência das Bacias de Rio Geba e Rio Corubal (Fonte: G. Pennober, 1999). P, 22

Figura 3 Arquipélago de Bijagós e Áreas protegidas na Zona Costeira da Guiné Bissau (Fonte: Instituto de Biodiversidade e Áreas Protegidas, 2008). P, 22

Figura 4: Iha Bolama Bijagó em relação as outras regiões do continente e sob a influência da Bacia do Rio Geba e Corubal (Fonte: Instituto Nacional de Estatística - Guiné Bissau, 2009). 31

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Caracterização das Unidades de Paisagem da Ilha de Bolama

(Fonte: elaboração do autor, 2015). P, 68

Quadro 2: Caracterização das Unidades de Paisagem da Ilha de Bolama

segundo as ocupações e explorações dos recursos (Fonte: elaboração do autor, 2015). P, 75

Quadro 3: Potencialidades, Limitações e Aptidão das Unidades de Paisagem

segundo avaliações dos atributos biofísicos e antrópicos (Fonte: elaboração do autor, 2015). P, 82

Quadro 4: Potencialidades, Limitações e Aptidão das Unidades de Paisagem

(Fonte: elaboração do autor, 2015). P, 90

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Palácio do governo na antiga vila do período colonial - 1892 (Fonte: Guinea Bissau (Portuguese Guinea). Disponível em: <<http://www.postcardman.net/guineabissau.html>>. Acesso: 05/10/2015). P, 39

Foto 2: Porto Cais de Bolama - 1891 (Fonte: Instituto de Investigação Científica Tropical / AHU. Disponível em <<http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD7057>>. Acesso: 05/10/2015). P, 40

Foto 3: reunião comunitária com presença de anciões, chefes religiosos, governador regional e autor (Fonte: autor, 2012). P, 40

Foto 4: Participantes da pesquisa com o autor no trabalho de campo (Fonte: autor, 2014). P, 41

Foto 5: cultivo coletivo (Fonte: autor, 2015). P, 42

Foto 6: pesca artesanal (Fonte: arquivo digital do autor, 2012). P, 42

Foto 7: vila do período colonial (Fonte: Bolama, Guiné Bissau. Disponível em: <<http://www.odyssei.com/destinations/13858.html>>. Acesso: 20/05/2014).

Foto 8: áreas de transição (Fonte: autor, 2014). P, 44

Foto 9: aldeia de alta produtividade agrícola (Fonte: autor, 2014). P, 44

Foto 10: aleia de pescadores - campama (Fonte: autor, 2014). 45

Fotos 11: torneira comunitária (Fonte: autor, 2014). P, 45

Foto 12: poste e torre de iluminação pública (Fonte: autor, 2012). P, 45

Fotos 13: estação das barcas - Ponte Cais (autor, 2012). P, 46

Foto 14: moto-carro de transporte coletivo (Fonte: autor, 2012). P, 46

Foto 15: feira popular (Fonte: autor, 2014). P, 47

Foto 16: área de cultivo coletivo (Fonte: autor, 2012). P, 47

Foto 17: rua principal - Av. Marquês de Ávila e Bolama (Fonte: autor, 2014). P, 57

Foto 18: ramal principal - via estrutural (Fonte: acervo digital do autor, 2012). P, 57

Fotos 19: (a) Rua governador (1892), (b) Rua de Gan Creoula (1892), (c) hospital civil e militar e (d) travessa do mercado na antiga vila durante o período colonial (Fonte: Capitão Barahona. Acesso: Instituto de Investigação Científica Tropical. Disponível em: <http://act.iict.pt/view/actd:AHUD6164>. Acesso: 06/10/2015. (22a e 22b). E Guinea Bissau (Portuguese Guinea). Disponível em: <http://www.postcardman.net/guineabissau.html>. Acesso: 05/10/2015. (19c e 19d). p, 59

Fotos 20: (a) área de transição no período colonial e (b) atual (Fonte: Capitão Barahona. Instituto de Investigação Científica Tropical. Disponível em: <<http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD6166>>. Acesso: 05/10/2015 (20a) e autor, 2014. P, 60

Fotos 21: (a) Povoado de Intacha (1892) e (b) plantação de arroz (2012).

Fonte: Capitão Barahona. Instituto de Investigação Científica Tropical.
Disponível em: <<http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD6167>>. Acesso:
05/10/2015 (21a) e autor, 2012 (21b). (21b). p, 60

Foto 22: relevo mais acidentado da ilha nos arredores do bairro Luanda

(Fonte: autor, 2014). P, 61

Foto 23: solo com alto teor de argila encontrada no caminho de Calmancunda (Fonte: autor, 2015). P, 62

Foto 24: estuário de Luanda com maré baixa e manguezais de Quinta Bijagó com maré alta (Forte: autor, 2015). P, 63

Foto 25: arredores da granja (Fonte: autor, 2015). P, 64

Fotos 26: (a) floresta derrubada para plantação, (b) cultivo de arroz (Fonte: autor, 2014). P, 65

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Tipos de solos (Fonte: elaboração do autor sobre o mapa de A. J. da Silva Teixeira, 1962). P, 34

Mapa 2: relevo e hidrografia da Ilha de Bolama (Fonte: desenho do autor sobre o mapa da missão geo-hidrográfica da Guiné (CRESPO, 1955) e correção com a fotografia do Google Earth, 2015). P, 36

Mapa 3: cobertura de superfície (Fonte: elaboração do autor sobre o mapa da missão geo-hidrográfica da Guiné (CRESPO, 1955) e correção com a fotografia do Google Earth, 2015). P, 38

Mapa 4: usos do solo e centralidades (Fonte:desenho do autor sobre o mapa do Google Earth, 2012 e confirmação com o levantamento no campo, 2014). P, 48

Mapa 5: espaços não edificados (Fonte: desenho do autor sobre o mapa do Google Earth, 2012 e confirmação com o levantamento no campo, 2014). P, 50

Mapa 6: redes hídricas (Fonte: desenho do autor sobre o mapa da missão geo-hidrográfica da Guiné (CRESPO, 1955) e correção com o levantamento no campo, 2014). P, 51

Mapa 7: espaços associados as atividades de lazer, comércio e contemplação sociocultural (Fonte: desenho do autor sobre o mapa da

missão geo-hidrográfica da Guiné (CRESPO, 1955) e correção com o levantamento no campo, 2014. P, 52

Mapa 8: espaços associados às atividades agrícolas, plantações e pecuária (Fonte: desenho do autor sobre o mapa da missão geo-hidrográfica da Guiné (CRESPO, 1955) e correção com o levantamento no campo, 2014). P, 53

Mapa 9: espaços de grande importância ecológica (Fonte: desenho do autor sobre o mapa da missão geo-hidrográfica da Guiné (CRESPO, 1955) e correção com o levantamento no campo, 2014). P, 54

Mapa 10: conexões viárias (Fonte: desenho do autor sobre o mapa da missão geo-hidrográfica da Guiné (CRESPO, 1955) e correção com o levantamento no campo, 2014). P, 58

Mapa 11: unidades de paisagem da Ilha de Bolama (Fonte: desenho do autor sobre o mapa da missão geo-hidrográfica da Guiné (CRESPO, 1955) e complemento com o levantamento no campo, 2012 e o mapa do Google Earth, 2014). P, 67

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	19	3.3. CONTEXTUALIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO E EXPLORAÇÃO ECONÔMICA	39
1.1.ILHA DE BOLAMA E SUA ADJACÊNCIA	19	3.3.1. EXPLORAÇÃO ECONÔMICA	41
1.2.OBJETIVOS	22	3.3.2. CARACTERÍSTICA DA CIDADE DE BOLAMA E ALDEIAS RURAIS	42
1.2.1.OBJETIVO GERAL	22	3.3.3. CAMPAMA	44
1.2.2.OBJETIVOS ESPECÍFICOS	22	3.3.4. INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS DE TRANSPORTE, USO DO SOLO	45
1.3.METODOLOGIA	23	3.3.5. ESPAÇOS NÃO EDIFICADOS	49
1.3.1.Operacionalização	23	3.3.6. CONEXÕES VIÁRIAS	55
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL	25	3.4. EVOLUÇÃO ANTRÓPICA E A DINÂMICA DA PAISAGEM	59
2.1. DA ORIGEM DO CONCEITO PAISAGEM	25	3.4.1. COLONIZAÇÃO TERRITORIAL (ATÉ 1941)	59.
2.2. PAISAGEM E UNIDADES DE PAISAGEM.....	26	3.4.2. SUBTRAÇÃO (1941 A 1973)	60
2.3. UNIDADES DE PAISAGEM	27	3.4.3. FRAGMENTAÇÃO (1973 A 2010)	60
2.3.1. DIMENSÃO GEOBIOFÍSICA (RELEVO, SOLO, ÁGUA E VEGETAÇÃO)	29	4. IDENTIFICAÇÃO GEOBIOFÍSICA E ANTRÓPICA DAS UNIDADES DE PAISAGEM	61
2.3.2. DIMENSÃO ANTRÓPICA (OCUPAÇÃO URBANA / RURAL E EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS)	30	4.1. DIMENSÃO GEOBIOFÍSICA NA COMPARTIMENTAÇÃO E PRODUÇÃO DAS UNIDADES DE PAISAGEM	61
3. CARATERIZAÇÃO DO CASO DE ESTUDO	31	4.1.1. RELEVO	61
3.1. CARACTERIZAÇÃO DA ILHA DE BOLAMA	31	4.1.2. SOLO	62
3.1.1. LOCALIZAÇÃO	31	4.1.3. HIDROLOGIA	62
3.2. SUPORTE GEOBIOFÍSICO	32	4.1.4. VEGETAÇÃO	64

4.2. DIMENÇÃO ANTRÓPICA NA PRODUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DAS UNIDADES DE PAISAGEM	64
4.2.1. OCUPAÇÃO	64
4.2.2. EXPLORAÇÃO ECONÔMICA	65
4.3. IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES DE PAISAGEM	66
CONCLUSÃO	93
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	94
GLOSSARIO	99

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva a identificação de unidades de paisagem da Ilha de Bolama como instrumento para ordenação da paisagem nas suas dimensões biofísicas (água, relevo, solo e vegetação) e antrópicas (ocupações e exploração dos recursos). Especificamente, a presente dissertação-projeto pretende reconhecer a paisagem da Ilha de Bolama como um recurso valioso para a população local, onde através da compreensão da interação entre atributos biofísicos e a ocupação humana pretende-se identificar essas unidades de paisagem como instrumentos para a futura ordenação da paisagem da ilha.

É notório a degradação da paisagem de Bolama: de seus edifícios, vias e infraestruturas de serviço, de seus espaços livres, recursos naturais e culturais, refletida na transformação causada pela exploração dos recursos ambientais através das pressões de prática agrícola itinerante, caça e pesca ilegal, exploração de madeira para obtenção de lenha e carvão e depreciação da relação entre os habitantes locais e área da cidade¹, manifestados, entre outros fatores, a não apropriação da vila do período colonial e falta de manutenção dos recursos paisagísticos.

¹ Entre muitos fatores, entra a forte interação econômica que não se dá mais nessa área e a herança histórica, no qual a identidade da população atual está pouco manifestada no tipo de espaço anteriormente proporcionado pela administração colonial até 1973, que pelo modo de vida dessa população, ambos começaram a voltar para aldeias na direção de áreas de transição, enquanto os descendentes de famílias com históricos econômicos mais resolvidos prefeririam abandonar a ilha para emigrar à cidade de Bissau e/ou países como Cabo Verde, Portugal e Senegal.

Neste contexto, o projeto discute causas possíveis para o abandono da vila do período colonial e os fatores da exploração econômica como elemento de transformação da paisagem e manifesta a urgência da defesa da ordenação da paisagem da Ilha de Bolama.

Uma vez identificadas às unidades de paisagem segundo as dimensões geobiofísicas (relevo, solo, hidrologia e vegetação) e antrópicas (ocupação urbana/rural e exploração econômica) (MONTEZUMA; TÂNGARI; ISIDORO; MAGALHÃES, 2014, pp. 5-6), serão especificadas e classificadas as suas potencialidades, limitações e aptidões paisagem como instrumentos para a futura ordenação da paisagem da ilha.

1.1. ILHA DE BOLAMA E SUA ADJACÊNCIA

A relação de algumas áreas com o seu entorno não se resume apenas as suas características físicas, mas também suas relações funcionais e espaciais (SILVA, 2013, p. 28). O estudo de caso escolhido tem a sua localização na área protegida de Arquipélago dos Bijagos e na confluência de duas bacias hidrográficas de rio Geba e rio Corubal. Onde desagua todo o escoamento dos rios influenciados pelo maciço das três pedras de Futa Djalón. Nesse caso, a Ilha de Bolama apesar de protegida da influência da maré na sua direção Leste pelo continente, e por se localizar numa plataforma marinha, as suas direções Norte e Sul constituem os principais corredores de águas distribuídas por essas duas bacias, e a parte Oeste na relação com as demais ilhas do Arquipélago.

Constitui um sistema insular que se encontra de certa forma, “protegido” das influências diretas das dinâmicas que são dadas na vida urbana do continente, e ainda mantém as práticas tradicionais do Arquipélago.

ILHA DE BOLAMA E SUA EDJACÊNCIA

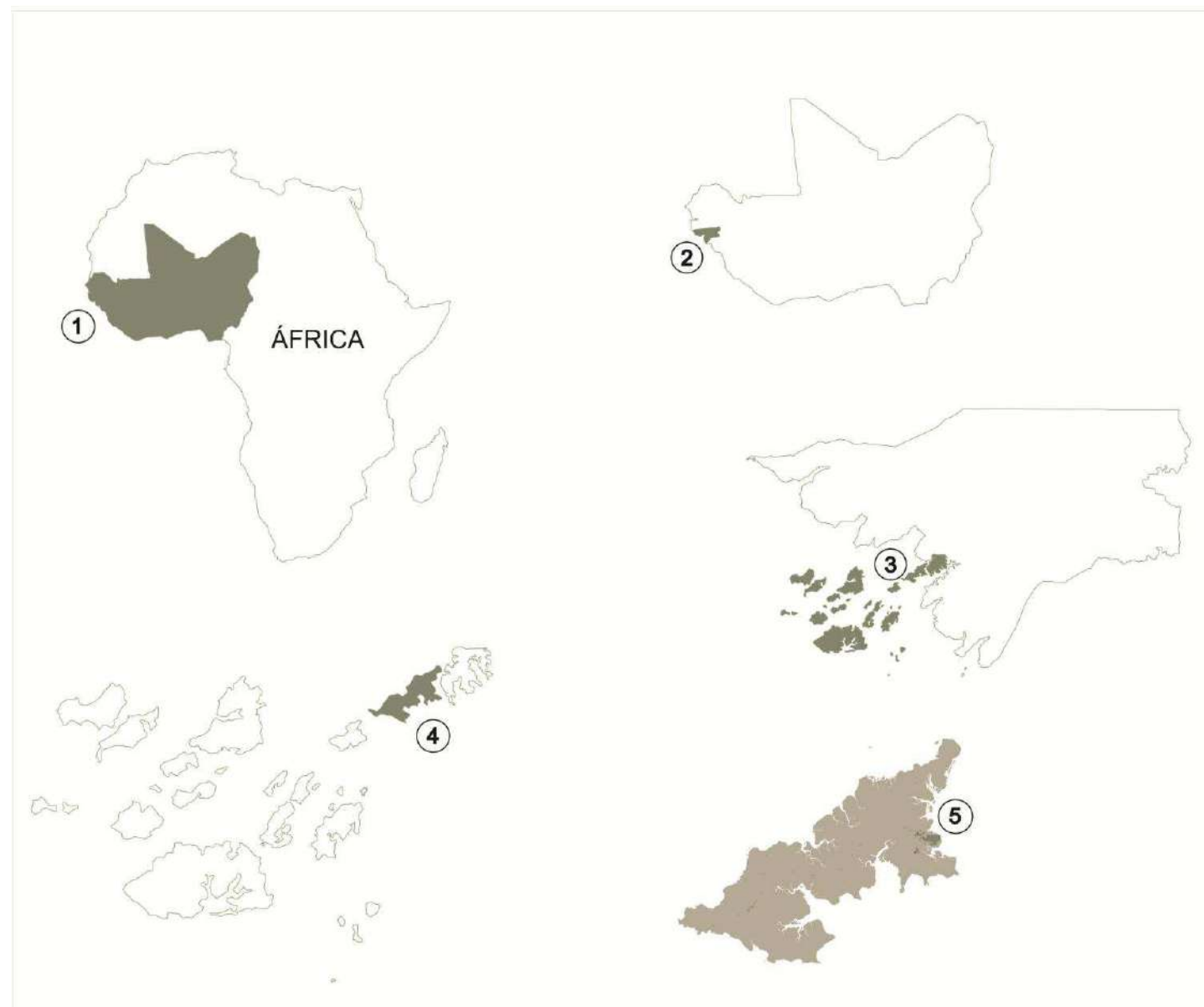


Figura 1: Localização do estudo de caso (Elaboração: Autor sobre o mapa do Google maps, 2015).

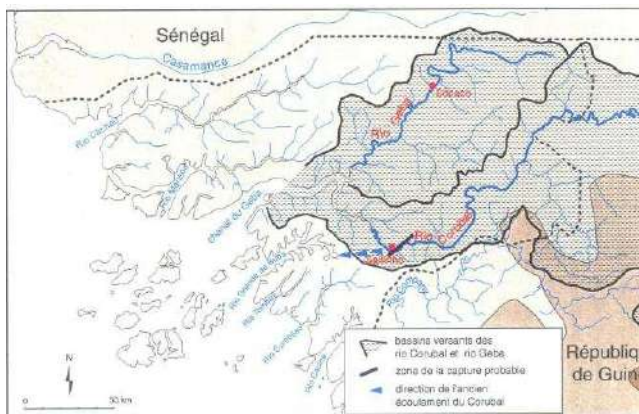


Figura 2 confluência das Bacias de Rio Geba e Rio Corubal (Fonte: G. Pennober, 1999).

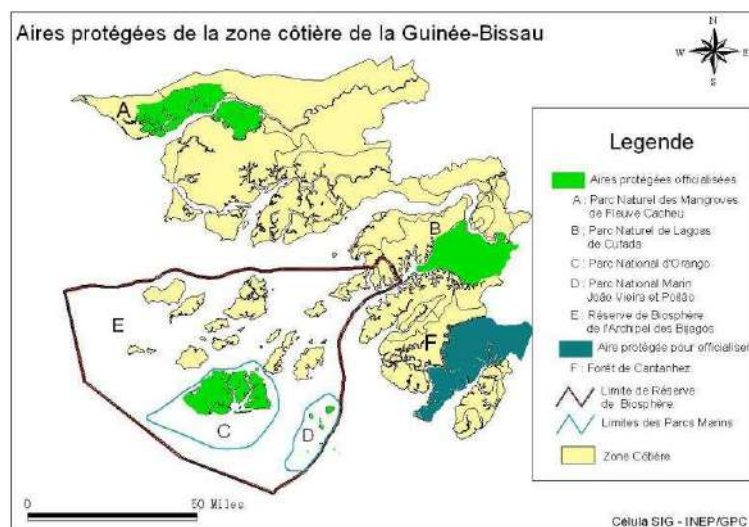


Figura 3 Arquipélago de Bijagós e Áreas protegidas na Zona Costeira da Guiné Bissau (Fonte: Instituto de Biodiversidade e Áreas Protegidas, 2008).

1.2.OBJETIVOS

1.2.1. OBJETIVO GERAL

Este trabalho objetiva a identificação de unidades de paisagem da Ilha de Bolama como instrumento para ordenação da paisagem nas suas dimensões biofísicas (água, relevo, solo e vegetação) e antrópicas (ocupações e exploração do recurso).

1.2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Referente aos objetivos específicos destaca-se:

- Caracterização da unidade territorial no caso de estudo;
- Caracterização dos suportes geobiofísicos, determinantes na produção da paisagem no caso de estudo (o clima, a estrutura geológica, o tipo de solo, o relevo, a hidrografia e a cobertura de superfície), e as intervenções e produções humanas, que transformam e geram configurações espaciais e formas definidoras de novas paisagens construídas culturalmente (os assentamentos, as infraestruturas, os usos do solo, a exploração econômica e as atividades culturais);
- Identificação e classificação das unidades de paisagem nas suas dimensões biofísicas e antrópicas segundo as suas características funcionais e relações com o modo de apropriação, ocupação e exploração económica da população;

- Análise das unidades de paisagem de acordo com as suas situações em relação às intervenções humanas (potencial, limitação e aptidão), e seus atributos geobiofísicos.

1.3.METODOLOGIA

A metodologia aplicada para cumprir com os objetivos desse trabalho em relação à pesquisa e elaboração dessa dissertação é estruturada de seguinte maneira, a saber:

- caracterização da área de estudo (ilha de Bolama), cuja configuração se caracteriza por uma planície costeira com relevo assentado em plataforma que enquadra as demais ilhas do Arquipélago dos Bijagós, ambas influenciadas por um entorno envolvente, sob a dominação das marés vindas do Atlântico e afluentes das duas Bacias do Rio Geba e Corubal, formadas pelos maciços das pedras de Futa Djallon. Este estudo serviu para uma melhor compreensão do contexto territorial e o papel que o caso de estudo cumpre nas duas funções socioespacial e ecológica no sistema como um todo, e colaborará na identificação das unidades de paisagem e análise dos seus atributos.

- Caracterização das unidades de paisagem com base na metodologia de TÂNGARI et al. (2014); MONTEZUMA et al. (2014) e SCHUTZER (2004), identificando suas dimensões biofísicas, através das diferentes funções compridas pelo relevo, água, solo, vegetação; e a ações humanas referentes aos tipos de ocupações, usos do solo e atividades

associadas à exploração dos recursos ambientais. Esse procedimento possibilitou o reconhecimento de quatro grandes tipologias estruturantes de paisagem, como as áreas de ocupações urbano-consolidada², periurbana (áreas de transição) e áreas rurais com manchas de cultivo; e aquelas de domínio biofísico como as coberturas vegetais definidas pela variação dos relevos, aqui considerado como remanescentes dos ecossistemas representativos locais. Associada a esse processo, foram identificadas onze unidades de paisagem, onde os condicionantes geobiofísicos e ações humanas tornaram importantes na compreensão das suas produções e estruturas, muito embora algumas pareçam fragmentos do desmatamento, manchas de florestas em recuperação e parte das ocupações. São avaliadas as suas potencialidades, limitações e aptidões ao uso, ocupação e exploração.

1.3.1.OPERACIONALIZAÇÃO

Para a realização de diferentes fases desse trabalho foram adotados os seguintes procedimentos:

- Pesquisa documental. Essa pesquisa incluiu, principalmente, o acesso a documentos referentes à legislação da Ilha de Bolama para entender

² Refere-se a áreas de antiga vila do período colonial que já contava com uma população caracteristicamente urbana, que pela perda de importância política nessa cidade, possibilitou uma emigração dessa população em grande parte para o continente e, em seguida, em direção à Lisboa e às Ilhas de Cabo Verde. Atualmente a população que ocupa essa área tem uma característica e modo de vida mais adaptada às áreas de transição. O que torna curioso adaptar o termo na referência à população da antiga vila do período colonial, apesar do seu uso para demais grupos locais.

o nível de intervenção permitida, de proteção e preservação no qual a paisagem da Ilha de Bolama está submetida, dentre essas, as duas principais para nossa análise: o decreto nº 59/1988, de caráter regional que regulamenta a concessão de exploração dos recursos e distribuição da licitação para ocupação e uso do solo na ilha, e, o decreto-lei nº 5-A/2011, de cunho nacional, que determina áreas protegidas da Ilha de Bolama.

- Revisão bibliográfica. Contribuiu para a fundamentação teórica e conceitual adotada nessa dissertação, o que possibilitou a compreensão e discussão sobre os conceitos de paisagem nas suas dimensões biofísicas (água, relevo, solo e vegetação) e antrópicas (ocupações e exploração dos recursos), patrimônio paisagístico e ordenação territorial. Também possibilitou a identificação das unidades territoriais e suas características.

- Pesquisa cartográfica. A cartografia foi fundamental para a análise das variáveis biofísicas. Através de análise das imagens de satélite (Googlemaps, Bing e Google Earth) e dos mapas missão geo-hidrográfica da Guiné (CRESPO, 1955) com algumas comparações e correções feitas através do levantamento de campo (2012), foi possível o mapeamento de áreas não favoráveis à ocupação e à exploração por se constituírem ecossistemas costeiros e marítimos frágeis e sujeitos e/ou suscetíveis aos riscos ambientais. Através dos mapas executados no programa Corel Draw X5 em diferentes escalas, também foram destacadas as diferentes unidades de paisagem, as áreas de inundação e alagamento, áreas com ocorrência de erosão, e, por último, as áreas com vegetações mais preservadas e/ou menos preservadas

em função de ocupação e exploração associada à prática de agricultura itinerante.

- A pesquisa iconográfica. A iconografia foi utilizada para reconhecimento do processo de territorialização através de diferentes tipos de ocupação e intervenções humanas que ocorreram na ilha, o que condicionou o processo da transformação e construção de paisagem com novas configurações. Desta forma foram identificados os diferentes eventos históricos ocorridos no caso de estudo, cujas marcas foram percebidas como resultantes da paisagem atual na Ilha de Bolama.

- Pesquisa de campo. O levantamento de campo foi realizado de dezembro de 2013 a março de 2015. Este incluiu registos fotográficos, que possibilitaram a identificação e o reconhecimento da condição atual de paisagem da ilha de Bolama e a situação da sua população na relação à mesma. A pesquisa de campo também incluiu a execução de entrevistas as quais serviram para reconhecer características peculiares de cada contexto socioeconômico ambiental e cultural de diferentes lugares na ilha. Através dessa prática foi possível conhecer como as pessoas se relacionam e no que acreditam, bem como são considerados seus valores, sentimentos e símbolos vivenciados no cotidiano (MARAFON et al., 2010, p. 213). Foram empregadas entrevistas semiestruturadas e entrevistas livres participativas, objetivando

obter informações a respeito dos processos e ações de transformação da paisagem³.

Paralelamente às entrevistas, elaborou-se um questionário (preenchido por moradores locais) para facilitar a coleta de dados mais objetivos, complementares àqueles que apareceram nas entrevistas (Lewis, 2007).

Também foram realizadas observações diretas da paisagem e dos elementos presentes. A partir dessas informações buscou-se a obtenção de um diagnóstico e a espacialização das formas de uso e cobertura do solo, de forma a identificar áreas transformadas em novos usos, áreas regeneradas e/ou em processo de regeneração, degradadas, bem como informações quanto aos recursos adotados nessa dissertação.

A observação participante foi importante para entender o modo de vida da sociedade do lugar e como lidam com questões relacionadas à paisagem na Ilha de Bolama, desde a ocupação, a exploração e a preservação através das técnicas tradicionais locais.

³No anexo, está disponibilizado para leitor, as fichas, questionários e alguns esboços que tornaram importantes no trabalho do campo, principalmente os eventos observados e informações coletadas em diferentes lugares da cidade e aldeias rurais onde a prática de agricultura são mais notáveis.

As observações e entrevistas com diferentes características foram realizadas em diferentes situações e lugares, a partir do porto de Bissau, a única cidade que liga a ilha ao continente através de transporte marítimo.

A pesquisa de campo foi realizada em duas fases, a primeira nos meados de dezembro de 2013 a março de 2014 (entre inverno e primavera) e a segunda fase entre maio a setembro de 2015 (entre primavera e verão).

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL

2.1. DA ORIGEM DO CONCEITO “PAISAGEM”

Na referência à “paisagem”, Metzger (2001, p. 2) sustenta que a origem deste conceito vincula à glorificação do Rei Davi no Livro dos Salmos (1000 A.C.), onde foi associada à bela vista do conjunto de Jerusalém com os templos, castelos e palacetes do Rei Salomão (o filho de Davi). Aponta que a relação do conceito à noção de estética se deu com as literaturas e artes do segundo quartel do século XVIII, e que além do retrato real da beleza de natureza, os pintores e escritores pré-românticos e românticos, os simbolistas e os impressionistas, também relacionavam a ideia paisagem ao reflexo do interior, dos sentimentos de melancolia e solidão (idem, p. 2).

Mas de modo epistemológico, DANTAS et al. (2015, p. 5) e demais autores como Armesto, Silva e Shinzato (idem). Apontam que o conceito de Paisagem deriva do vocábulo *paysage*, de origem francesa. Similar e contemporâneo ao termo alemão *landschaft*. O *paysage* segundo estes autores originou-se nos séculos XV e XVI, que até fins da Idade Média tinha

significado espacial e delimitado, como recorte geográfico de uma determinada área ocupada por restritas aglomerações humanas e seus arredores (MAXIMIANO, 2004).

Este argumento segundo Dantas (idem), tem sua associação ao Modo-de-Produção Feudal de uma sociedade rural, tradicional, e estática com uma estrutura espacial definida em burgos e feudos, onde cada feudo é politicamente autônomo e economicamente auto-suficiente⁴.

O termo alemão *landschaft*, conforme estes autores (DANTAS et al., 2015, p. 5), está diretamente associado ao conceito de *paisagem natural*, diferenciando-se do conceito de paisagem geográfica ou paisagem cultural, que para eles não é levado em conta o processo de transformação social da paisagem natural pela atividade humana.

Logo, apenas no século XIX, o conceito de Paisagem seria formalmente estabelecido na ciência geográfica. O que tornou a Paisagem modernamente definida como a dimensão perceptível (panorama) de um determinado Espaço Geográfico abarcando, de forma entrelaçada, os aspectos naturais e culturais (SAUER, 1998).

Neste sentido, o conceito de Paisagem apresenta uma marcante conotação empírica, que de acordo com Dantas, é resultante da observação

⁴ Nesse sentido, a origem etimológica do vocábulo *paysage* deriva, portanto, de seu contexto histórico de uma sociedade feudal, onde um feudo estaria associado a um pequeno país – *pays* e sua abrangência espacial, ou o panorama visível ao observador, seria denominado de *paysage* (DANTAS et al., 2015, p. 5).

de um determinado pesquisador sobre a fisionomia de uma região a partir dos aspectos visíveis. Nesse sentido, o conceito da paisagem é aprimorado adicionando a este, a análise dos processos naturais (as dimensões geobiofísicas) e das relações sócio-econômicas não visíveis (as dimensões antrópicas) conferindo, assim, uma dinamicidade. Que associa a paisagem a um conceito de abrangência multidisciplinar e poderosa ferramenta de análise espacial (DANTAS et al., 2015, p. 5), que para nossa consideração está associada a temporalidade e negação da ideia de paisagem natural.

2.2. PAISAGEM E UNIDADES DE PAISAGEM

O conceito da paisagem tem sido discutido e pode ser considerado de formas variadas por diferentes disciplinas e perspectivas (CORREIA, D'ABREU e OLIVEIRA, 2001).

A convenção europeia define a paisagem como parte do território de uma população, cujo caráter resulta de ação e interação de fatores naturais e/ou humanos (cap. I do art. I).

BRANDT (1998) vai tratar a paisagem como um processo complexo e dinâmico, onde vários fatores naturais e culturais se influenciam mutuamente e modificam ao longo do tempo, determinando e sendo determinados pela estrutura global.

Na definição de Metzger (2011, p. 1) a paisagem aparece como mosaico heterogêneo formado por unidades interativas, ou seja, como partes que interagem e como um todo definem a paisagem com características particulares.

As unidades interativas podem ser compreendidas como “unidades de paisagem” que interagem e definem uma parcela do espaço que aparece na convenção europeia como “paisagem”. Nesse caso, a determinada parcela do espaço que pode ser entendido como paisagem definida por suas unidades, também pode ser considerada “unidade de paisagem” numa escala mais ampla, a depender do observador e da escala de observação como fatores importantes segundo a conceitualização na Ecologia de Paisagens (idem).

Sendo assim, a compreensão da paisagem implica o conhecimento de fatores como a litologia, o relevo, a hidrografia, o clima, os solos, a flora e a fauna, a estrutura ecológica, o uso do solo e a atividade humana ao longo do tempo, bem como a análise da sua inter-relação, o que resulta numa realidade multifacetada (CORREIA, D’ABREU e OLIVEIRA (2001). A esta combinação de fatores objetivos (abióticos e bióticos) deve-se acrescentar a componente subjetividade, que corresponde às impressões causadas por esta combinação em cada observador (FROMENT e JOYE, 1987; SARAIVA, 1999).

A percepção de uma dada paisagem resultante dos mesmos fatores objetivos não altera apenas com a escala de observação, como proposta pelo Metzger (2011). E quando altera pela subjetividade, as impressões causadas no observador não estão apenas na paisagem observada, mas em parte no modo como o observador compreende o objeto como resultado da sua ideologia, crença, cultura e visão do mundo, os fenômenos que refletem na sua compreensão e interpretação das coisas. Aqui, os povos diferentes

interpretam a mesma paisagem de modo diferente, independentemente da escala de observação que varia e pode tornar mais evidente na compreensão do indivíduo ou parte do povo cuja paisagem resulta da sua interação com o seu meio geobiofísico.

Tendo em conta a variação dada pelo observador, a componente subjetiva na análise da paisagem passa a ser pouco testada, fato que para CORREIA, D’ABREU e OLIVEIRA (2001) pode resultar da complexidade de combinações de metodologias diversas e o desenvolvimento de novos instrumentos de avaliação.

Pode-se considerar a “paisagem” nesse caso, como associação de fatores que se interagem e interrelacionam entre os sistemas naturais e sociais que conferem ao lugar uma dimensão territorial histórica e cultural (ANDRESEN, 1992; BERNALDEZ, 1981; SARAIVA, 1999; TELLES, 1985). Onde as suas transformações contínuas são determinadas na relação entre a sociedade do lugar e o seu meio biofísico e/ou construído.

As “unidades de paisagem” atuam como partes com diferentes características e formas, que dentro de um todo cumprem funções diferentes no processo da transformação que geram novas formas de paisagem, a depender de escala espacial, temporal e relação ou percepção de um dado grupo com o lugar.

2.3. UNIDADES DE PAISAGEM

A paisagem é um sistema dinâmico onde os processos geobiofísicos e antrópicos se interrelacionam e transformam com o decorrer do tempo, o

que determina novas formas de configurações espaciais e estruturas particulares de relevo, curso de água, cobertura vegetal e novo modo de uso do solo e construção de assentamentos como produto de ações humanas, que resultam em novas paisagens com formas, de carácter único (CORREIA; D'ABREU; e OLIVEIRA, 2001).

Na combinação de vários componentes (naturais e culturais) acima mencionados, as unidades de paisagem de diferentes áreas e idades e como parte de um todo, podem apresentar características bióticas e abióticas homogêneas e heterogêneas no seu interior ou na configuração dos seus arredores. Sendo assim, os fatores determinantes para a especificidade da paisagem numa dada unidade não aparecem com as mesmas características, e podem variar segundo as formas do relevo, a altitude, o curso de água, a estrutura das comunidades vegetais, e principalmente, a ocupação e o uso do solo, entre outros fatores.

Conforme CORREIA, D'ABREU e OLIVEIRA (2001), para além do padrão de paisagem específico, deve existir uma coerência interna e um carácter próprio em cada unidade, identificável no interior e no exterior e, eventualmente, associado às representações da paisagem mais amplo na identidade local e/ou regional. Nesse caso, aponta os autores que as unidades de paisagem passam a corresponder em traços largos ao conceito de «landscape character area», utilizado pelos ingleses e escoceses (COUNTRYSIDE COMMISSION, 1998; USHER, 1999), e que estas unidades

podem ser identificadas através de métodos quantitativos de cruzamento de múltiplas variáveis e características.

Apontam CORREIA, D'ABREU e OLIVEIRA (2001) que a subdivisão de “unidades de paisagem” em vários níveis hierárquicos é possível, e essa opção depende obviamente dos objetivos, recursos do estudo dos elementos da paisagem, onde o conceito a eles associados varia também com a perspectiva e, sobretudo, a escala de abordagem, sendo também designado de formas bastante variadas (idem). Neste estudo os elementos da paisagem são considerados como aqueles cujo conjunto define a estruturas unidades de paisagem que compõem uma estrutura da paisagem mais ampla e cuja identificação permite a análise da paisagem a uma escala de pormenor.

Para identificação geobiofísica e antrópica das unidades de paisagem, torna-se fundamental o reconhecimento das configurações e funções que cada elemento cumpre no processo de compartimentação, produção e transformação da paisagem, seja ele de carácter geobiofísico e/ou antrópico. Para tal, torna-se essencial a compreensão das interações produzidas pelas atividades humanas e, entre esses, e os elementos de carácter geobiofísico. Sendo esses últimos, os principais fatores para localização e deslocação das ocupações (MONTEZUMA; TÂNGARI; ISIDORO; MAGALHÃES, 2014).

Sendo assim, os elementos de carácter geobiofísico são tomados como condicionantes das ações humanas (ocupação e exploração dos recursos) e, ao mesmo tempo, as atividades socioculturais e técnicas de

apropriação dos meios biofísicos podem transformar e determinam novas as ações na dinâmica e transformação de paisagem (FERNANDES, 2014, p. 3).

O método utilizado para identificação e caracterização das unidades de paisagem é baseado na relação e interrelação entre os elementos de caráter geobiofísicos (relevo, solo, hidrografia e vegetação), e nas ações humanas, tais como explorações de recursos manifestados entre outros fatores, na apropriação de terra e outras atividades socioculturais e econômicas definidoras de usos e formas de ocupação do solo e exploração dos recursos ambientais (MONTEZUMA et al., 2014, p. 5).

2.3.1. DIMENSÃO GEOBIOFÍSICA (RELEVO, SOLO, ÁGUA E VEGETAÇÃO)

Conforme (MONTEZUMA et al., 2014, p. 5), a dimensão geobiofísica de análise da paisagem abrange o conjunto de elementos que caracterizam o relevo, a hidrologia e a cobertura vegetal. O que contribui para a identificação dos compartimentos geomorfológicos da paisagem, conforme as suas inter-relações com atividades humanas.

Bolós (1981, p. 55) aponta que a dimensão de análise biofísica pode contribuir para identificação da unidade espacial, cuja morfologia agrega uma complexa inter-relação entre a litologia, estrutura, solo, fauna e flora, sob a ação constante da sociedade que a transforma.

Se considerarmos que o espaço geográfico é onde as intervenções das sociedades se dão ao longo do tempo, e onde a dinâmica da paisagem e

suas transformações passam a ser determinadas por processos históricos e naturais (MACIEL E LIMA 2011, p. 168), podemos afirmar que é na inter-relação entre elementos geobiofísicos (hidrologia, solo, clima e vegetação) e intervenções humanas que as unidades de paisagem se configuram, como marca das ações humanas definidas em composição com os processos geobiofísicos.

Nesse sentido, podemos considerar que a estrutura da paisagem condiciona as ações humanas e, ao mesmo tempo, resulta do sistema complexo e composto de vários fatores em permanentes transformações espaciais e temporais em função da dinâmica de vários processos (MACIEL, 2011, p. 169).

A paisagem sempre buscará conforme Thomas (2001), os mecanismos de ajuste de sua estabilidade para uma nova interação de todos os elementos que a compõe: cursos dos rios, processos erosivos das estruturas, e tipos de solos, que ocorre através da intervenção humana ou relação biótica entre as espécies vegetais e animais.

A potencialidade dos elementos geobiofísicos para a ordenação da paisagem através da definição das unidades de paisagem se manifesta no potencial de recuperação e reestruturação de áreas rapidamente transformadas, por exemplo, através da recuperação de florestas e repovoação de diversas espécies nas áreas agrícolas abandonadas em desuso.

2.3.2. DIMENSÃO ANTRÓPICA (OCUPAÇÃO URBANA / RURAL E EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS)

A dimensão antrópica é uma abordagem analítica dos elementos provenientes da intervenção humana, normalmente resultantes das atividades associadas à exploração dos recursos para fins de subsistência ou mercado. Torna importante para identificação das manchas que podem resultar dos componentes de fragmentos da paisagem em transformação. Outras intervenções como a construção de assentamentos urbanos, também torna fundamental na marcação e definição de um determinado tipo de paisagem (MONTEZUMA et al., 2014).

DANTAS et al. (2015, p.3) afirma que a paisagem é continuamente transformada pela ação humana no espaço geográfico, atividade que se torna cada vez mais intensa à medida que a sociedade se tecnifica. Deste modo, não se pode falar na existência de paisagens naturais, uma vez que em graus diferentes sofreram e sofre a interferência antropogênica que por sua vez, é conduzida pela condição do homem na adaptação com o seu meio físico no qual se encontra inserida. Nesse caso, é a mediação entre a ação do homem e elementos biofísicos que tornam a paisagem uma categoria de análise da ciência geográfica justificada na sua associação as noções do espaço, região, território e lugar, e as suas transformações físicas e resificações simbólicas (CORRÊA, 2000).

Neste sentido, a análise da dimensão antropica de paisagem deve englobar elementos da estrutura urbana, área de transição e áreas rurais, como resultante da intervenção direta na paisagem e que constituem diferenciadas unidades de paisagem, onde é possível a compreensão da estrutura formal e funcional, e das suas relações com o meio biofísico e atividades humanas (MONTEZUMA; TÂNGARI; ISIDORO; MAGALHÃES, 2014).

Logo, devem ser levados em conta a dinamização dos traçados viários que contribuem para distribuição e conexão de áreas de interesse, diferentes tipos de uso e formas de ocupação do solo (edificações temporárias e permanentes) e não menos importante, os espaços não edificados. Esses podem ser tanto de caráter biofísico, assim como produzidos pela concepção do espaço de uso, ou residuais, onde diversas atividades ocorrem simultaneamente e passam a contribuir para configuração e reestruturação das novas unidades de paisagens.

Diante dessas considerações, Bertrand (1971) e Oliveira (1998) afirmam que a paisagem não pode ser configurada como uma realidade imóvel, já que a presença do homem nela se estampa, tanto na área urbana como na área rural, através de sua ação sobre os diversos componentes. Esses componentes irão produzir os frutos da sua própria cultura refletida na geração e configuração de diferentes unidades de paisagem, cujos elementos podem apresentar uma homogenidade e/ou heterogeneidade, conforme o tipo de intervenção humana e condições geográficas do seu habitat.

A potencialidade de ocupações e explorações geradas pelas ações diretas do homem para a ordenação da paisagem através da definição das unidades de paisagem se manifesta no potencial de redirecionamento das práticas de ocupação e exploração do solo de modo a se tornarem exemplos de instrumentos de gestão para futuras ocupações.

3. CARATERIZAÇÃO DO CASO DE ESTUDO

3.1. CARACTERIZAÇÃO DA ILHA DE BOLAMA

3.1.1. LOCALIZAÇÃO

A ilha de Bolama se encontra na Reserva da Biosfera do Arquipélago Bolama-Bijagós com 88 Ilhas⁵ com 6.024 habitantes (INE, 2009, p. 56) e uma área de 136 km² (DUARTE, 1946, p. 310), localizada na confluência de correntes litorais vindas do Norte e do Sul (IBAP, 2007, p. 15; TEIXEIRA, 1962, p. 67), no Sudoeste da Guiné Bissau na costa ocidental africana, com uma população de 1.449.230 habitantes (INE, 2009, p. 1) e uma área de 36.125 km². A Guiné Bissau é limitada ao norte pela República do Senegal, ao leste e sul pela República da Guiné-Conakry e ao Oeste pelo Oceano Atlântico. Na área de mais ampla plataforma continental marítima da Costa Ocidental Africana com cerca de 53.000km².

⁵ Área protegida com cerca de 10 000 km² e uma população de 32.424 habitante (INE, 2009, p. 56). Classificada pela UNESCO em 16 de Abril de 1996.

Com uma densidade de 44,29 pop /km², a grande parte da população se concentra nas áreas de transição ao redor da antiga vila do período colonial na direção as aldeias dispersas onde reside a maioria da população, cuja vida está associada à prática agrícola rotativa e itinerante, e cria de animais, como vaca, para auxiliar na produção e outras espécies para comercialização ou consumo direto.

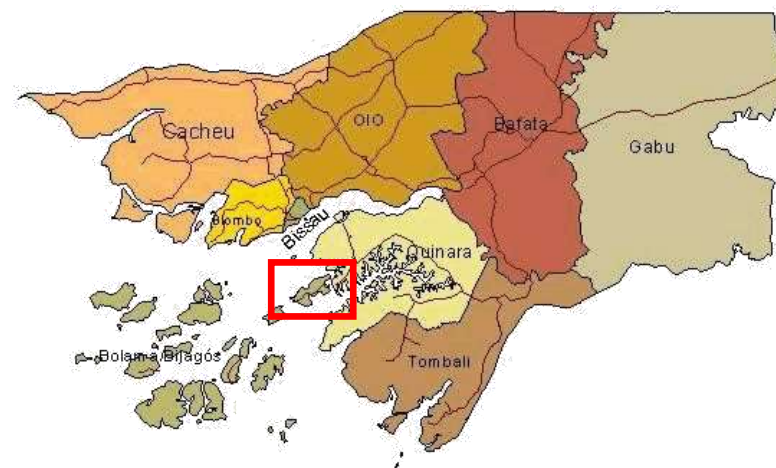


Figura 4: Iha Bolama Bijagó em relação as outras regiões do continente e sob a influência da Bacia do Rio Geba e Corubal (Fonte: Instituto Nacional de Estatística - Guiné Bissau, 2009).

A cidade de Bolama cumpre função da sede administrativa de uma das nove Regiões administrativas da Guiné Bissau (Bolama-Bijagós) que compreende quatro setores administrativos (Bubaque, Bolama, Caravela e Uno), 2.624,4 Km² de área terrestre e 10.000 Km² de extensão marinha, com

28.466 habitantes e uma projeção de 28.895 para 2015 (INEC, 2005, p. 14), ou seja, a possível diminuição da população nos próximos anos deve se justificar pela emigração da sua parte para continente com destino à capital do país, Bissau, onde parece com mais condições de trabalho e serviços públicos. A Bolama-Bijagó é a mais próxima do continente na direção as Regiões de Biombo, Quinara e Tombali (Idem, p. 7), apesar de aceso da sua população a esses centros se dão pela via marítima, em seguida, pelo transporte nas rodovias com precárias condições.

A população da Ilha (6.024 hab.) é 21,16% se comparamos com a total da Região Administrativa de Bolama Bijagó (28.466 hab.), isso justifica o fato de que apesar de Bolama e Bubaque se constituírem as ilhas com mais influência do modo de vida do continente em processo de urbanização. A maioria da população do Arquipélago Bolama Bijagó (78,83%) ainda se concentra nas ilhas onde não existe cidade e cujo modo de vida se dá através do sistema produtivo de caráter rural. E se compararmos a população do Arquipélago (28.466 hab.) em relação à população total do país (1.449.230 habitantes), visamos que corresponde a 1,96%, o que constitui a menor concentração em relação aos centros continentais.

A transformação da paisagem na Ilha de Bolama, assim como nas outras ilhas do Arquipélago, não se justifica apenas nas construções de edifícios para abrigar os seus moradores, mas principalmente no sistema de exploração do recurso, associado à prática de derrubada e queima de floresta, justificada pela produção de agricultura itinerante e obtenção de

lenhas para cozimento dos seus alimentos, entre outros fatores, o pasto, onde a cria dos seus gados vai tornar-se fundamental para derramamento de sangue nas cerimônias espirituais e, em alguns casos, para emprego na produção agrícola.

3.2. SUPORTE GEOBIOFÍSICO

A característica climática da Ilha de Bolama deriva da sua localização geográfica, resultante do equilíbrio de aquecimento das massas continentais e oceânicas que favorecem um regime de monção, influenciando os ventos alísios marítimos, fresco e úmido com origem no anticiclone dos Açores. Atuando com frequência e desvio a todo sudoeste sobre impulso de monção marítima e brisa da tarde (TEIXEIRA, 1962, p. 67). Como clima tropical úmido, a temperatura varia de 22,5 °C a 30,9 °C com média anual de 26,2°C, distinguindo-se duas estações, a úmida que vai de maio a novembro e a seca que vai de dezembro a abril, com a precipitação anual de 2199,5 mm, sendo as primeiras chuvas em maio. A umidade do ar varia de 51,3% em janeiro e 80,6% em outubro com média anual de 70,0%, a evaporação 50,3 mm em setembro e 179,5 em janeiro com média anual 1336,2 %. A nebulosidade de 2,7 em março e 8,6 em agosto com total de cobertura de nuvem anual de 5,7. E a mínima de insolação com 123, 8 horas em agosto e 316,1 em março com média anual de até 2753,8 horas (TEIXEIRA, 1962, p. 67-87).

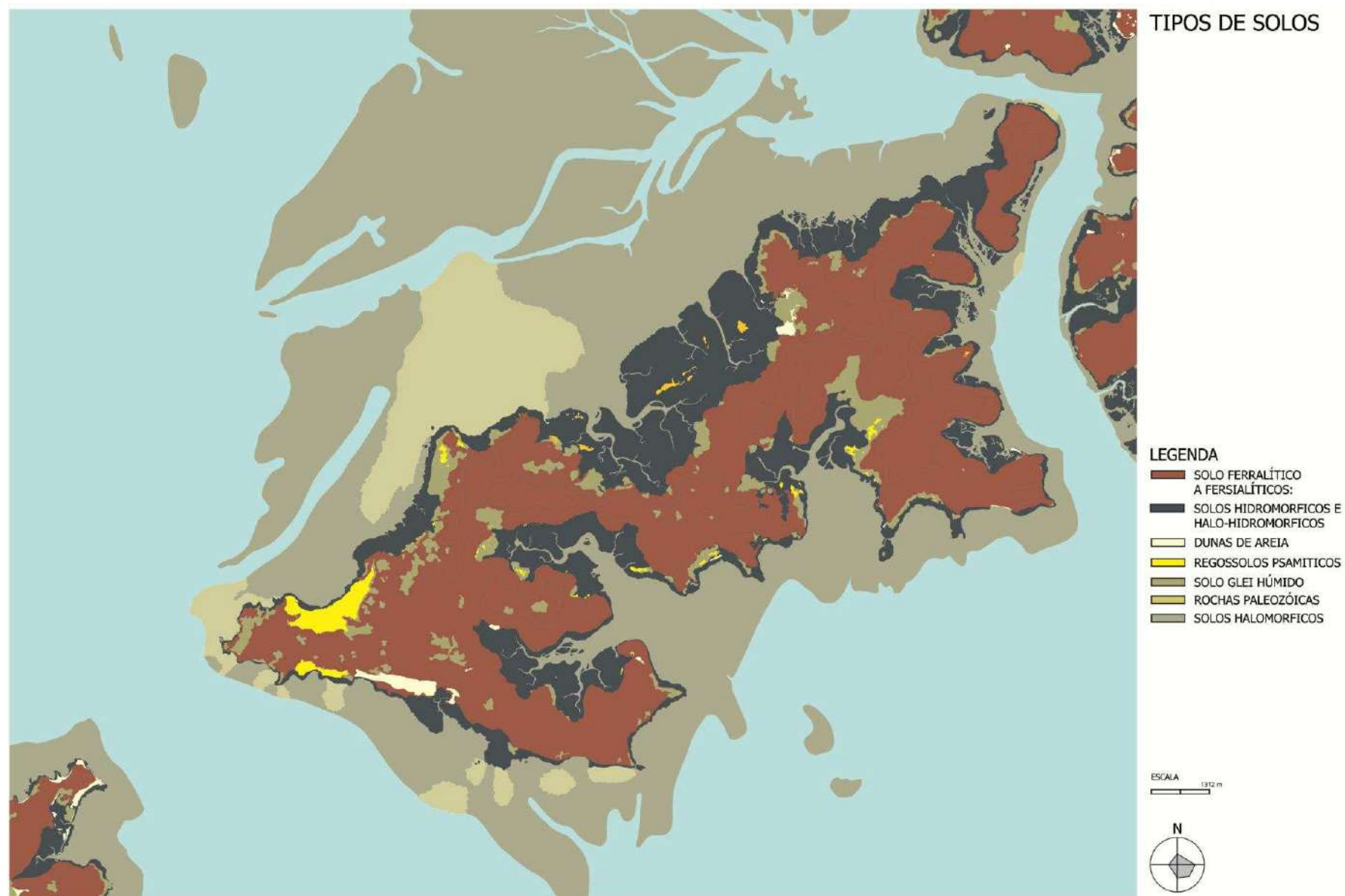
Situada na plataforma continental marinha, a Ilha de Bolama apresenta depósitos fluviais aparentes em forma de estuários arenosos e

lodosos, sob a influência de maré ao longo das rias com bordas localizadas em forma de coroas e bancas de areia abaixo do nível do mar. É notável presença de rochas e solos hidromórficos do tipo salinos compostos de aluviões litorais.

O relevo da Ilha é bastante homogêneo com a média de altitude 19,5 metros e pouco elevado na área do centro da antiga vila do período colonial, onde o ponto mais alto não excede a 31 metros em relação ao nível do mar. É uma planície litoral de origem flúvio-marinha com sedimentos arenosos formados pelos meandros de rios com seus múltiplos braços, onde as marés se alargam na praia-mar (TEIXEIRA, 1962, p. 53), com pouca variação nas curvas de nível.

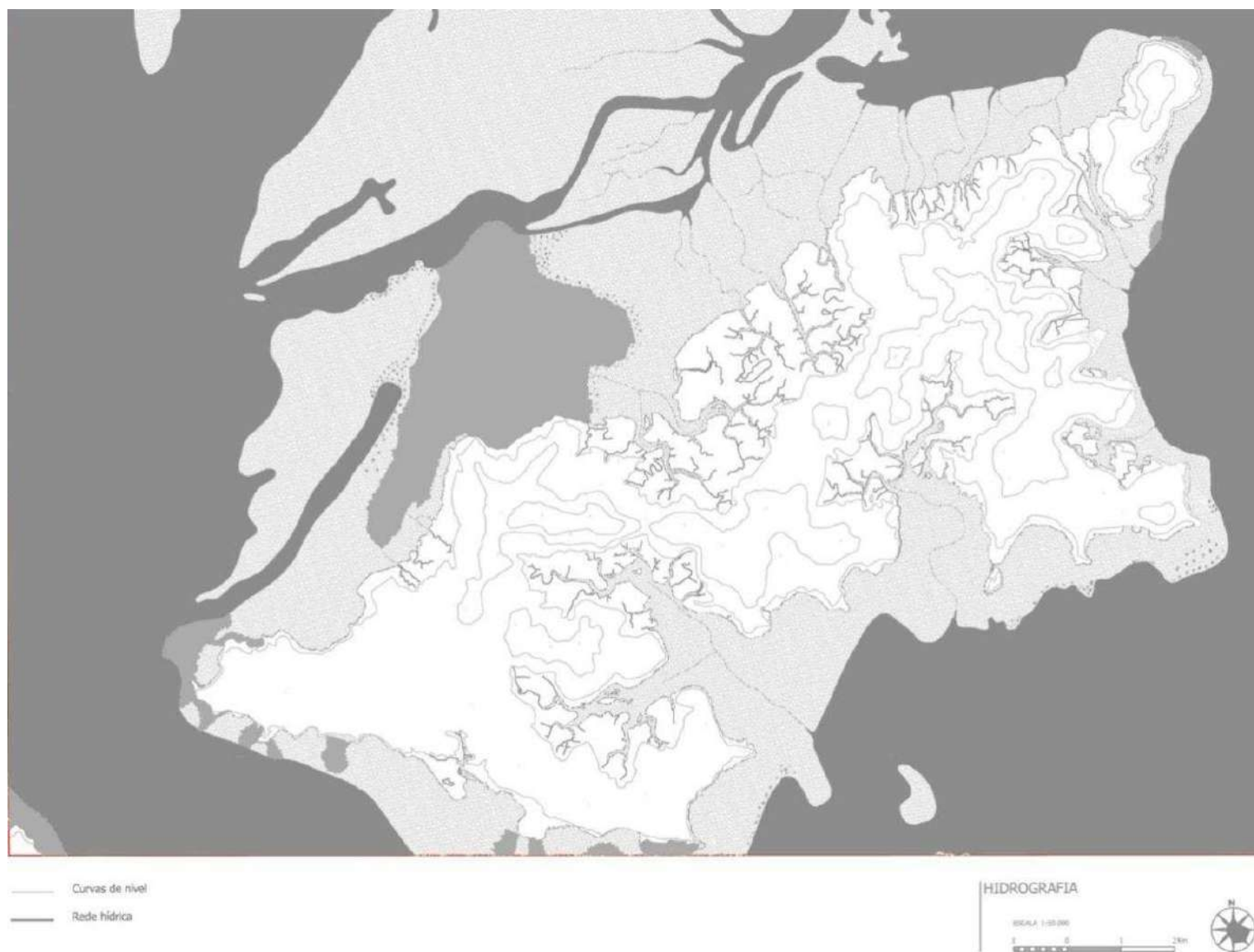
Devido à sua formação geológica além de bancos arenosos abaixo do nível de mar, a Ilha de Bolama dispõe de solos hidromórficos, halo-hidromórficos derivados de depressões aluviais marinhas e sujeitos à inundação na época de chuva. Normalmente são cobertos por plantas herbáceas e favoráveis à cultura de arroz pela boa drenagem, apesar de influenciada pela água salgada, onde desenvolvem os manguezais. Ao longo da planície, nas áreas mais altas são notáveis os solos feralíticos e fersialíticos vermelhos, vermelho-amarelos, pardos e pardo-amarelados com poucos regossolos psamíticos constituintes de praias e argilosos em profundidade sendo favorável à arboricultura. É possível verificar diferença do tipo de solo ao longo do percurso na via estrutural de cidade à Ponta Oeste, onde aparecem avermelhados com tons de amarelo e pardo na borda litorânea

(TEIXEIRA, 1962, p. 105). O caso de estudo é muito rico nesse caso, por se abrigar diferentes tipos de solos que além de valoráveis a prática agrícola, atende às práticas de construção dos artefatos e assentamentos, e são usados na prática de olaria.



Mapa 1: Tipos de solos (Fonte: elaboração do autor sobre o mapa de A. J. da Silva Teixeira, 1962).

Por se situar na confluência das bacias de Rio Geba e Corubal todo o perímetro da Ilha é marcado pelas rias e principais rios, neste caso, o Arranja a Vida, Gã Carala, Gã Moria, Caboupa e Camena. Com grande disponibilidade de águas subterrânea destinada ao consumo e superficiais usadas para irrigação nas plantações e não para consumo, já que apresentam alguns sinais de poluição pouco significativa, se comparar com os padrões das cidades industrializadas. Do igual modo, esses rios garantem alimentação e renda para famílias de região através da prática de pesca e cultivo de agricultura. Todos os rios da Ilha desembocam direto ao mar, e pela pouca variação no relevo, torna comuns as áreas alagadas pela influência da maré, onde se encontram alguns assentamentos, cujo vazamento do lixo e prática construtiva de fossas que possibilitam o despejo de fezes e esgoto em contato direto com o solo, pode causar grandes danos ambientais e de contaminação de parte da população.

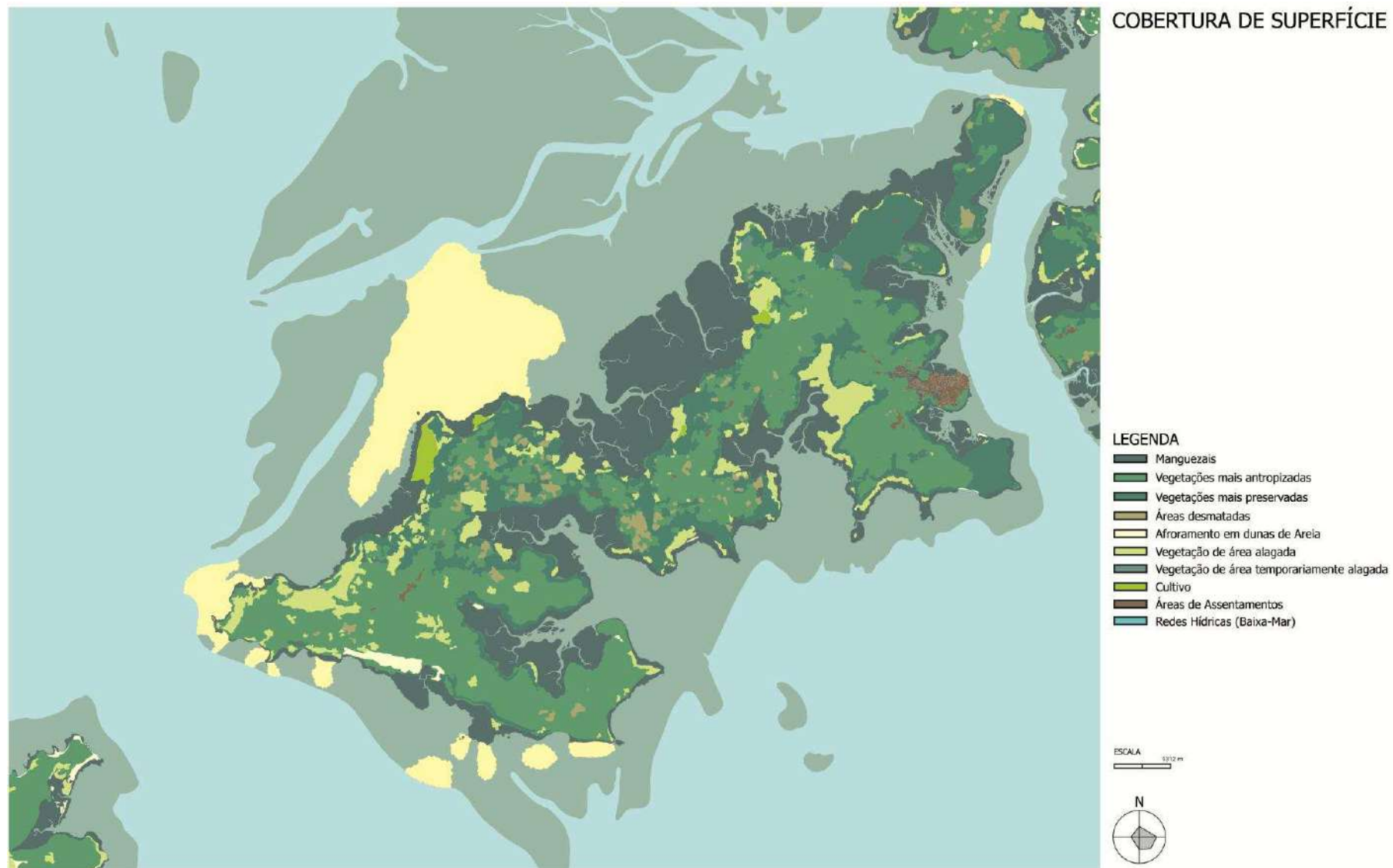


Mapa 2: relevo e hidrografia da Ilha de Bolama (Fonte: desenho do autor sobre o mapa da missão geo-hidrográfica da Guiné (CRESPO, 1955) e correção com a fotografia do Google Earth, 2015).

A cobertura de superfície é determinada pelos diferentes tipos de vegetações que refletem condições orográficas e variação de pluviosidade. São observadas florestas pouco alteradas e densas em alguns casos, as vegetações na borda de rias e braços do mar, o palmar (concentração de palmeiras) é constituído por dendezeiro (*Elaeis guineensis*), palmeira abanica (*Borassus aetnionum*), Sumauma (*Ceiba penandra*), regiões alagadas de culturas de arroz (arrozais) e as áreas de culturas afastadas das povoações com carácter itinerante de grandes derrubadas dos estratos arbóreos e arbustivos (TEIXEIRA, 1962, pp. 54-61).

O perímetro litorâneo está coberto de manguezais, acompanhando o relevo com curvas suaves, onde mais dentro se encontra cobertura de herbáceas com algumas manchas de desmatamento e florestas em recuperação nas áreas ocupadas e degradadas para plantações de culturas e árvores frutíferas como cajueiras, mangueiras, bananeiras e outras espécies. Os diferentes tipos vegetais são destinados às práticas medicinais, comestíveis e construtivas das palhotas e padrões de áreas de transição, e outras atividades ligadas às crenças espirituais.

COBERTURA DE SUPERFÍCIE



Mapa 3: cobertura de superfície (Fonte: elaboração do autor sobre o mapa da missão geo-hidrográfica da Guiné (CRESPO, 1955) e correção com a fotografia do Google Earth, 2015).

3.3. CONTEXTUALIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO URBANA/RURAL E EXPLORAÇÃO ECONÔMICA

A ocupação da Ilha de Bolama se deu primeiramente com os Beafadas, Bijagós e Brames (Mancanhes) e só mais tarde com a presença portuguesa, a partir das margens dos rios da Guiné, pouco significativo nos primeiros momentos após a chegada dos navegadores Nuno Tristão na foz do rio Gâmbia, Álvaro Fernandes no Cabo Roxo, em 1446, Cadamosto na foz do rio grande de Buba e Diogo Gomes no rio Geba, em 1456 (CARREIRA, 1984).

No começo da chegada desses navegadores, até século XVI, não teve ocupação portuguesa na Ilha de Bolama. A prática da cultura de amendoim trazidas do Senegal entre 1842 a 1845, na criação de 112 feitorias agro-comerciais, vem a possibilitar a ocupação e crescimento dessa vila, onde fora denominada de Burgo com o centro administrativo e político no Leste da Ilha (IDEM, 1984).

Em 1886, o tratado Luso-Francês que determinou a demarcação das fronteiras nas antigas colônias portuguesa e francesa no sudoeste da Alta Costa da Guiné. A partir dos 18 de março de 1879, o território da Guiné se tornou uma província com administração independente de Cabo Verde. A Vila de Bolama foi nomeada capital da administração colonial com meios militares e financeiros para dar início ao terror *campanha de pacificação*⁶ contra os

⁶ Entre 1882 a 1935, os ocupantes portugueses organizaram inúmeras campanhas militares, com o objetivo de ocupar todo o território da Guiné para concretização da cobrança do imposto de palhota. Essa política foi ao fato de Portugal não ter se

Kaabunké ou filhos de terra. Esta vila vem a perder sua importância política já como cidade, quando a capital da colônia passou para Bissau em 1941, onde, mais tarde, vão criar Gabinete de Urbanização Colonial GUC para construção e urbanização do território da antiga colônia (MILHEIRO; DIAS, 2009).



Foto 1: Palácio do governo na antiga vila do período colonial - 1892 (Fonte: Guiné Bissau (Portuguese Guinea). Disponível em: <<http://www.postcardman.net/guineabissau.html>>. Acesso: 05/10/2015).

beneficiado com o discurso da ocupação territorial sustentado por outros colonizadores na conferência de Bruxelas em 1876 e como asseguramento para conferência de Berlin. Onde se destacou a figura do Leopoldo da Bélgica com o reconhecimento internacional das suas fronteiras.



Foto 2: Porto Cais de Bolama - 1891 (Fonte: Instituto de Investigação Científica Tropical / AHU. Disponível em <<http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD7057>>. Acesso: 05/10/2015).

A Ilha de Bolama compreende um território que herdou do processo cultural muito dinâmico ao longo dos tempos, com a formação do seu centro urbano devido à importância política que teve no desenvolvimento do comércio oitocentista antes do período colonial que vem a tornar possível no século XX, essas relações também foram verificadas nas áreas rurais já com outras características, como o desenvolvimento de agricultura e criação de gados, principalmente em períodos que deu início a colonização territorial da Ilha.

De um modo geral são identificadas três categorias de população em Bolama: *População Urbana* - moradores da antiga vila do período colonial e seus arredores emergentes; *População em Transição*. – moradores de casas

que se encontram nas áreas entre a vila do período colonial e área rural; e *População Rural* - os moradores de aldeias aglomeradas ou dispersas nas florestas arbustivas. Esta população vive principalmente de agricultura, apicultura, criação de gados, pesca, caça, prática de artesanato e troca de produtos que cultivam, em alguns casos com os produtos trazidos de continente. São lugares onde diferentes sociedades se manifestam culturalmente, através das heranças culturais anteriormente praticados pelos seus ancestrais. A maioria dessa população cultua crença própria, algumas são muçulmanas e poucas cristãs com o rendimento monetário não maior que salário mínimo⁷ e vivem de agricultura, horticultura, pesca, coleta nas plantações e outras praticas associadas ao comércio.



⁷ De acordo com a Rádio Francesa Internacional RFI, o executivo guineense fixou o salário mínimo nacional em 30 mil francos CFA (cerca de US\$ 60) em janeiro de 2012. <http://www.revistalusofonia.pt/economia/artigo.php?id=salrios_mnimos_nos_pases_lusfonos>. Acesso: 02/10/2015.

Foto 3: reunião comunitária com presença de anciões, chefes religiosos, governador regional e autor (Fonte: autor, 2012).



Foto 4: Participantes da pesquisa com o autor no trabalho de campo (Fonte: autor, 2014).

3.3.1. EXPLORAÇÃO ECONÔMICA

A economia é mantida pela agricultura familiar, comunitária e plantações de caju, através de caça, criação de gado, pesca e artesanato. Além do comércio e de outras atividades que geram lucros nos mercados locais que permitem trocar com outros produtos. São esses os principais fatores da segurança alimentar e monetária na cidade e áreas rurais praticadas pelos moradores e imigrantes de países vizinhos como Senegal e Guiné Conakry (SILVA, 2012, p. 19).

Também existem práticas de horticultura e agricultura familiar e comunitária na produção de milho, feijão, amendoim, inhame e outras

espécies que ocorrem nos quintais de casas dos arredores das antigas vilas do período colonial e nas áreas de transição entre cidades e matas (Inquérito próprio, 2012).

A prática de extração de mel está presente nas áreas rurais. Apesar do sistema de criação de gado não esteja extensivo em Bolama, a maioria dos criadores deixam gados no pasto⁸ durante todo o dia, fato que proporciona a degradação do solo e, conseqüente a seca, que nos últimos anos se apresentam através da diminuição gradativa de chuvas. Os criadores acompanham animais, percorrendo uma grande distância à procura das zonas úmidas, para garantir aos animais pasto para alimentação e água para beber, motivo que pode justificar a demanda migratória dos aldeões rurais em diferentes lugares durante esse período do ano.

Também existe a prática de cria nas casas urbanas, nas áreas de transição e rurais onde animais como galinhas, patos, pombos, porcos, cabras, ovelhas e outros - são mantidos sob o controle em gaiolas, despensas e chiqueiros para serem abatidas, vendidas ou consumidas nos dias de festas ou quando a família apresentar carência na compra de outros produtos alimentares (Idem, 2012, p. 21).

A prática de pesca artesanal, assim como a agricultura, é um fator de subsistência e segurança alimentar que sustenta mercados regional e popular. Além da exploração industrial do plano de poder público em

⁸ Tipo de paisagem particular das áreas da cria de gado.

parceria com países da Europa, América e Ásia, a pesca dos artesãos é verificada em diferentes pontos nas margens dos rios, onde a cauda das rias se confunde com terras alagadas.

Além da pesca artesanal praticam-se a caça de animais silvestres, artesanato e pequeno comércio para a venda de produtos artesanais e excedentes da produção familiar.



Foto 5: cultivo coletivo (Fonte: autor, 2015).



Foto 6: pesca artesanal (Fonte: arquivo digital do autor, 2012).

3.3.2. CARACTERÍSTICA DA CIDADE DE BOLAMA E ALDEIAS RURAIS

Em relação às ocupações, são identificadas cinco tipologias com diferentes características em relação ao tipo construtivo e as atividades socioeconômicas decorrentes nas áreas que envolvem os seus arredores, como a agricultura, que é notável em todas as partes com presença de ocupações. Dessas ocupações, aparece a cidade constituída pela antiga vila do período colonial e as duas áreas de transição deste em relação às ocupações rurais, onde são encontradas as aldeias rurais com baixa produtividade agrícola e cultivo de diversas espécies para fins de subsistência, e as aldeias com atividades agrícolas em grande escala, ou seja, os lugares

onde ocorre a prática da agricultura itinerante, especializadas na monocultura de amendoim, que a partir da década de 1990, se tornou mais significativo as suas substituições para cultura de caju⁹. E, por último, os acampamentos “Campama”, dos pescadores e defumadores de peixes vindos das regiões vizinhas de Sul de Bolama ou dos dois países vizinhos, Senegal e Guiné-Conakry. O último tipo de ocupação relatado representa uma característica temporária, visto que os habitantes tendem a migrar para diferentes lugares da ilha, são outras regiões da costa continental.

A vila do período colonial é caracterizada pelos edifícios construídos em diferentes períodos da presença portuguesa na Ilha de Bolama (1871-1973). As tipologias com gosto de diferentes manifestações europeias de arquitetura, adaptações locais e programas com diversas funções, como a tipologia colonial, neoclássica e moderna, ambas de cunho político, militar e civil com diversos usos formal e adaptada.

Tendo em consideração as configurações dos assentamentos e as atividades humanas, é notável que na área de antiga vila do período colonial, torna-se pouco provável a construção de novos assentamentos, visto que a maior parte dos lotes já se encontram ocupados e a maioria das famílias usam o quintal para plantação e atividades de lazer com poucos membros da família. Nesse espaço, torna-se importante a regularização de diferentes áreas, edifícios e monumentos com grande valor (patrimônio-arquitetônico)

⁹ Entrevista concedida por Lassana Cassama (Presidente do Conselho de Juventude da região de Bolama-Bijagós). 22 de agosto de 2012.

abandonado ao longo do tempo, e a reestruturação do traçado viário para adaptar às novas funções da cidade, assim como a adequação ao meio físico natural em áreas de interesse econômico e cultural nas aldeias de produções agrícolas.



Foto 7: vila do período colonial (Fonte: Bolama, Guiné Bissau. Disponível em: <<http://www.odyssei.com/destinations/13858.html>>. Acesso: 20/05/2014).

Nas duas áreas de transição periurbanas existem traçados irregulares e edifícios de caráter social, uma iniciativa com marco tipológico que busca a forma de edifícios da antiga vila com métodos e emprego de materiais locais (2012, p. 13).



Foto 8: áreas de transição (Fonte: autor, 2014)

Nas aldeias rurais com baixa produtividade agrícola, assim como as de maior produção, são comuns tipos de construções de palhotas com vedações e coberturas de fibras vegetais e cipó. A grande maioria tem paredes em pau-a-pique ou adobes feitas de terra no seu estado natural e secas ao sol, apesar de haver registro de algumas casas com coberturas em chapas de zinco vindas do continente.



Foto 9: aldeia de alta produtividade agrícola (Fonte: autor, 2014)

3.3.3. CAMPAMA

O campama é tipo de acampamento dos pescadores itinerantes relacionados à defumação de peixe, onde os profissionais tendem a extrair galhos de mangue para defumação dos pescados. É construído de palhotas em diferentes áreas no perímetro litorâneo da ilha, sendo os mais influentes o Djiu Kasseque, Calmankunda e Bolama de Baixo



Foto 10: aleia de pescadores - campama (Fonte: autor, 2014)

3.3.4. SERVIÇOS DE TRANSPORTE, USO DO SOLO



Fotos 11: torneira comunitária (Fonte: autor, 2014).



Foto 12: poste e torre de iluminação pública (Fonte: autor, 2012).

Quanto ao transporte, Bolama nunca teve grandes demandas nesse serviço. Hoje conta com o serviço da barca que garante conexão com o continente e de canoas para as demais Ilhas do arquipélago. Na Ilha, a circulação é garantida pelas motos, moto-carros e não mais que oito carros, sendo seis de serviços institucionais e dois particulares com mais frequência no período da campanha de castanha de caju. A maioria da população usa bicicletas ou optam pela caminhada que chegar a atingir uma longa distancia.



Fotos: 13: estação das barcas - Ponte Cais (autor, 2012).



Foto 14: moto-carro de transporte coletivo (Fonte: autor, 2012).

Segundo o levantamento, constata que na Ilha de Bolama apenas a cidade conta com usos diversificados (inquérito próprio, 2014), sendo área

mais ocupada, nomeadamente na antiga vila do período colonial. Onde se encontra a maior parte dos serviços administrativos e institucionais do governo e algumas instalações de organizações não governamentais, e usos de comércio no mercado municipal, culto religioso realizado na igreja católica e algumas protestantes. Nessa área, grande parte dos edifícios é de uso residencial unifamiliar com apenas alguns de usos referentes às manifestações culturais. Existem várias praças como a Dom Henrique, Ulysses Grant, Nuno Tristão, alguns Jardins e outras áreas de lazer como Quinta Bijagó e pontos de encontro e diversão, normalmente chamados de bancada pelos jovens.

Nas áreas de transição entre a antiga vila e área de expansão são predominantes usos residências uni e multifamiliar, comércios populares e ambulantes nas áreas livres entre os cruzamentos das ruas e na frente das casas com vendas de legumes e frutas nas mesas em varandas, usos referentes às agriculturas familiares nos quintais de casas e comunitárias nos arredores de diferentes propriedades vedadas e nas áreas de expansão, onde grande parte de cultivos aparecem como hortas, arrozais e algumas plantações de amendoim, inhame, feijão, batata doce e outras especiais comestíveis. Em algumas áreas de recreação debaixo das maiores árvores e plantações de mangueiras acontecem atividades diversas de lazer, como práticas de dança e musicalidade tradicional e jogos de futebol pela camada juvenil.

Nas áreas de expansão para aldeias rurais com significativa plantação de mangueira e fruta pão, existe uma pressão de agricultura itinerante e derrubada da mata para plantação de culturas de caju, onde são verificados alguns assentamentos de grandes famílias, cuja economia se sustenta pela mesma prática. Em direção a Ponta Oeste ao longo da via principal (eixo estrutural) existem assentamentos de diferentes famílias com laços de parentescos ligados pelo sangue ou pela consideração, ambas associadas à prática de agricultura itinerante de culturas diversas, em grande parte, amendoim que nas últimas décadas tendem a ser substituída por plantações de caju, uma espécie cujo seu incentivo tende a promover devastação florestal e cujas manchas se apresentam numa visualização aérea com altitude de 2 km do alcance visual.

Nas aldeias rurais são notáveis no meio das práticas agrícolas, usos de solos nas matas sagradas para práticas associadas às cerimônias de rituais religiosos e iniciações realizadas pelas comunidades rurais. Onde ocorrem sacrifícios de diferentes animais, na maioria o porco e a vaca, já que existe a atividade pecuária em algumas aldeias da Ilha. Existem atividades associadas à pesca e defumação de peixe em algumas aldeias temporárias como nos acampamentos dos pescadores, aonde na última prática chegam a retirar galhos de manguezais para defumação dos pescados. São insignificativos as atividades industriais, uma vez que apenas verificamos fabricas de gelo e compota inceradas e uma de descasque e embalagem de castanha de caju,

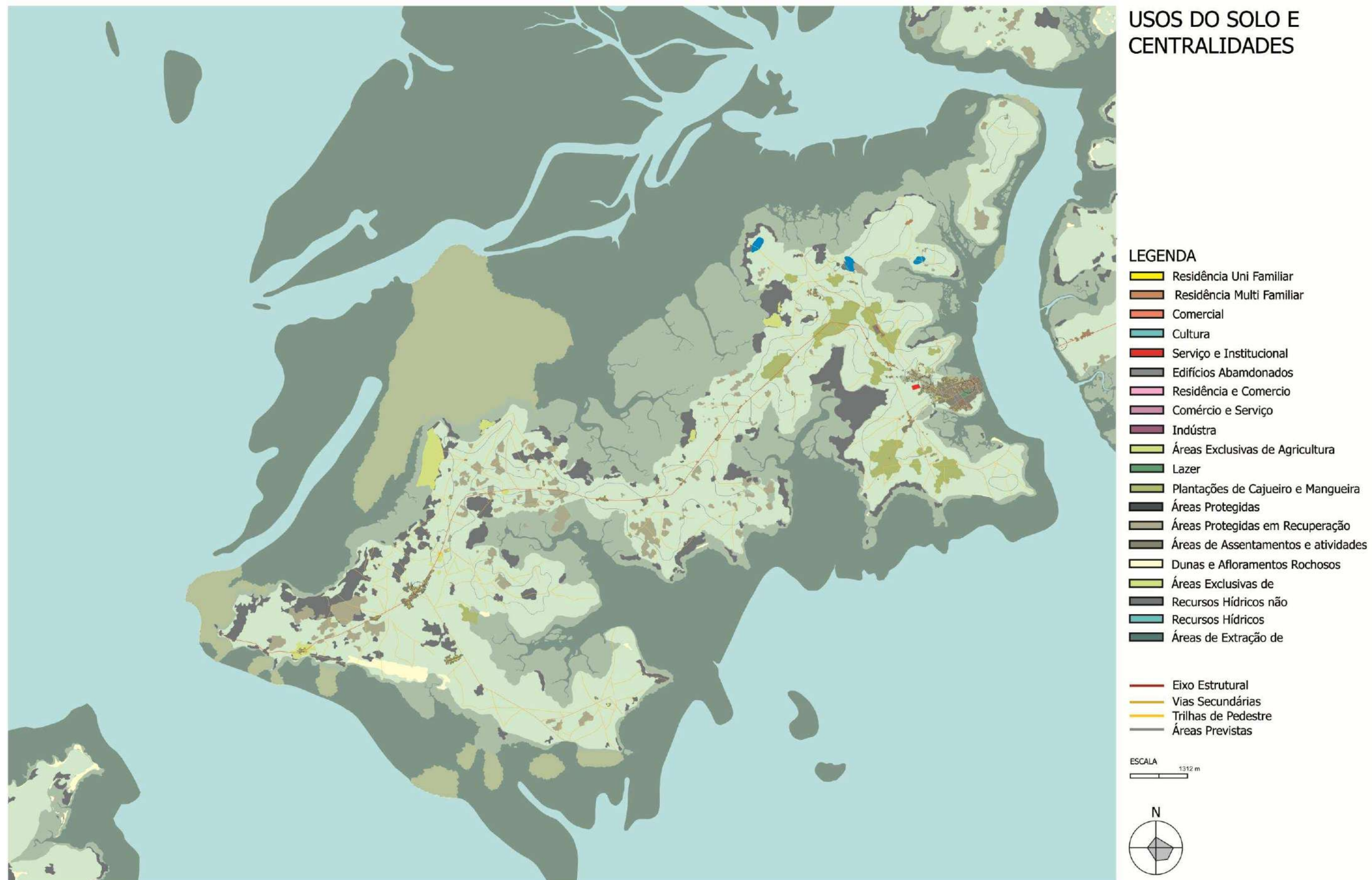
ainda em funcionamento pela conta de grande quantidade de castanha colhida pelos ponteiros e outros produtores que se organizam em famílias.



Foto 15: feira popular (Fonte: autor, 2014)



Foto 16: área de cultivo coletivo (Fonte: autor, 2012).



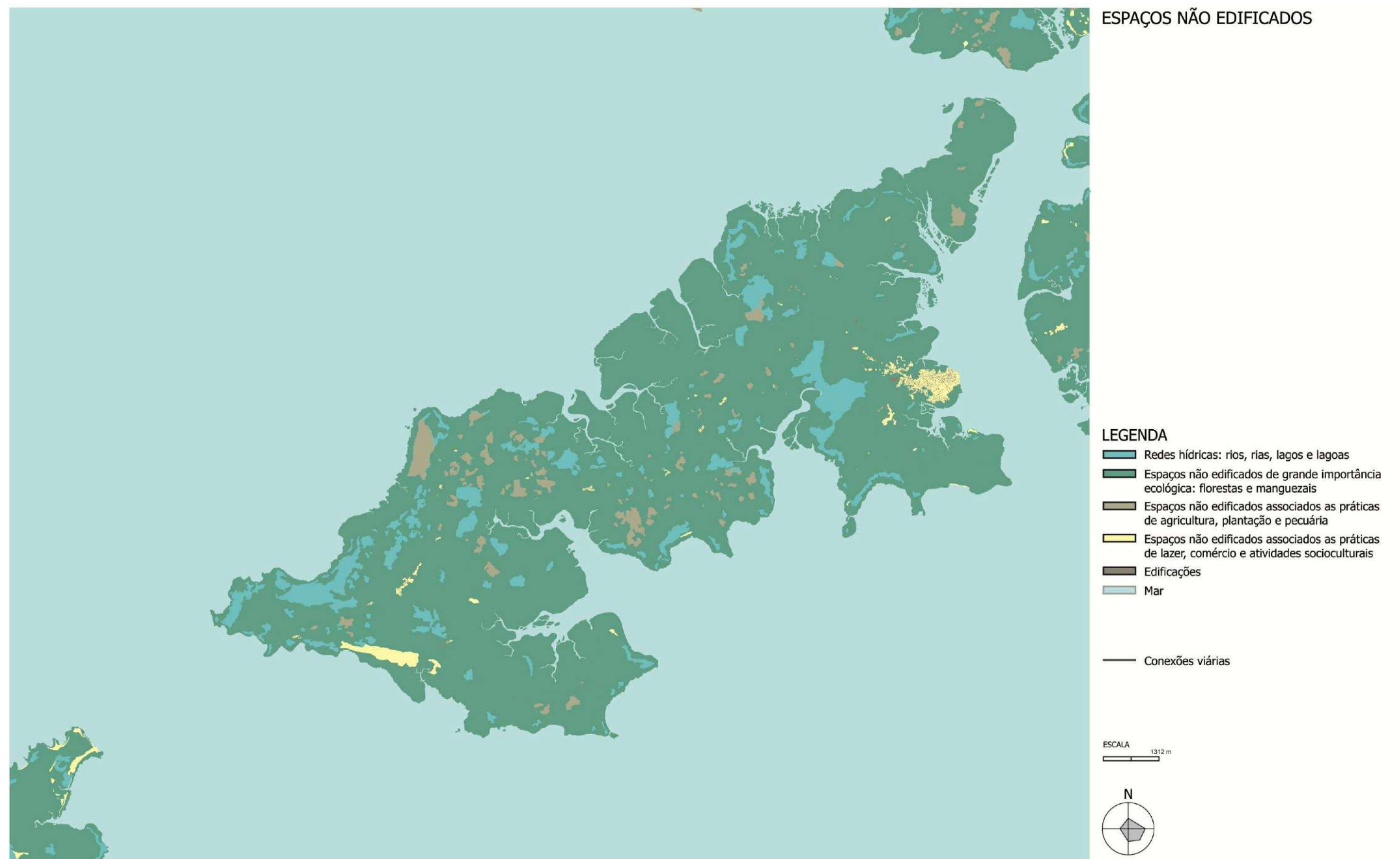
Mapa 4: usos do solo e centralidades (Fonte:desenho do autor sobre o mapa do Google Earth, 2012 e confirmação com o levantamento no campo, 2014)

3.3.5. ESPAÇOS NÃO EDIFICADOS

Tendo em conta os espaços não edificados (ver mapa 5), o caso de estudo caracteriza-se por áreas não edificadas de grande importância ecológica. A ocupação da cidade de Bolama é pouco significativa e, apesar de dispersas edificações de carácter urbano e rural, existe uma média significativa de áreas não edificadas, que em comparação com a área da ilha 136 Km², é uma baixa densidade, visto que a cidade ocupa em torno de 2% dessa área total e as aldeias rurais mais significativas apresentam ocupações com poucas edificações, embora tenha uma densidade populacional significativa.

As áreas com espaços não edificados mais significativos são aquelas que constituem as florestas mais preservadas com ausência de ocupações e manchas agrícolas, as menos importante são os espaços resultantes de desmatamentos para plantação e atividades agrícolas, mas que se encontram abandonados por motivos de briga pela propriedade ou pela desassociação dos seus proprietários com as suas antigas atividades.

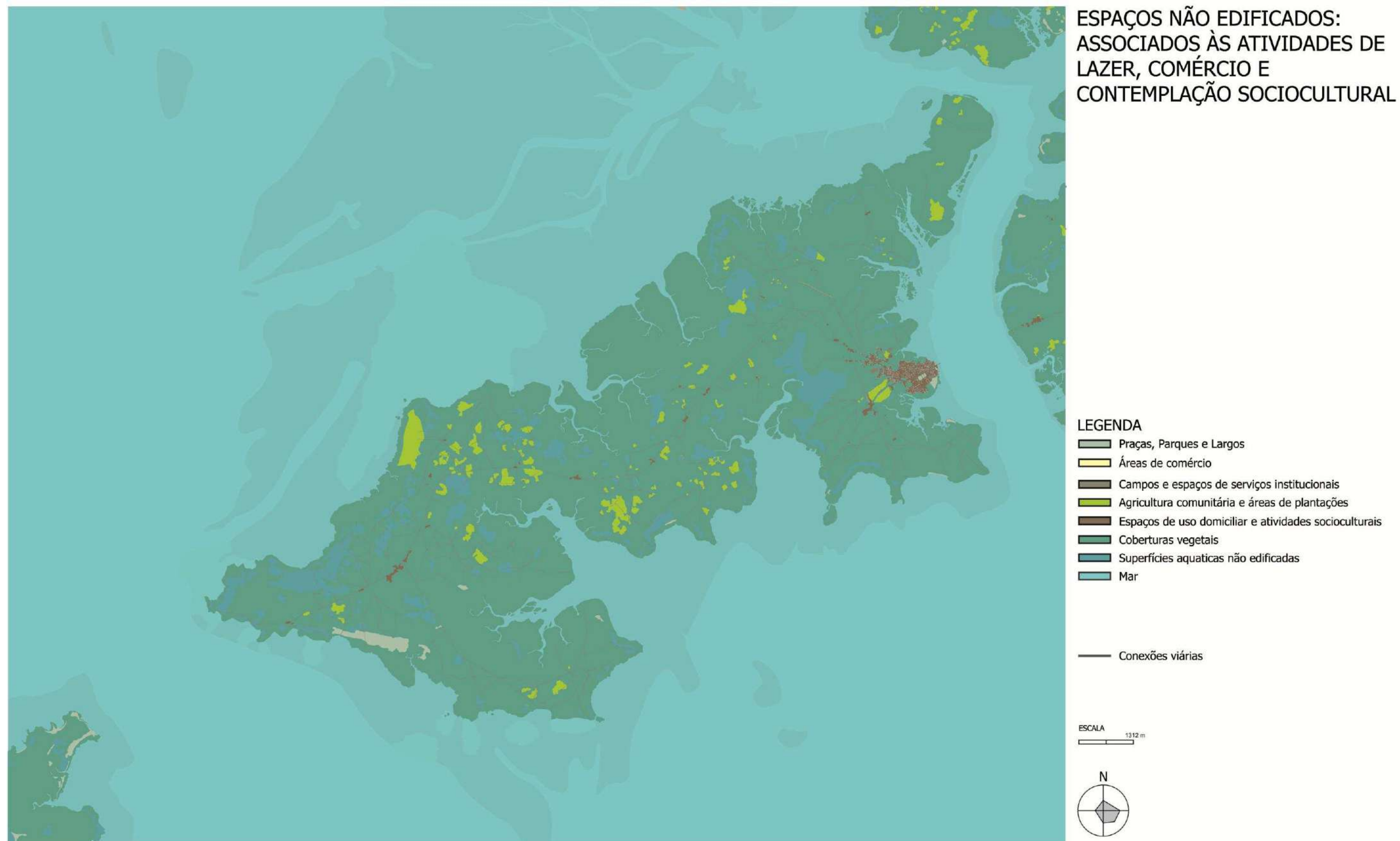
Os espaços não edificados identificados na Ilha de Bolama são classificados da seguinte maneira: conexões viárias; redes hídricas (rios e rias); espaços associados às atividades de lazer, comércio e contemplação sociocultural; espaços associados às atividades agrícolas, as plantações, a pecuária e outras atividades de caracteres económicos; e espaços não edificados de grande importância ecológica, como as áreas onde desenvolvem os manguezais e as florestas mais preservadas e densas.



Mapa 5: espaços não edificados (Fonte: desenho do autor sobre o mapa do Google Earth, 2012 e confirmação com o levantamento no campo, 2014).



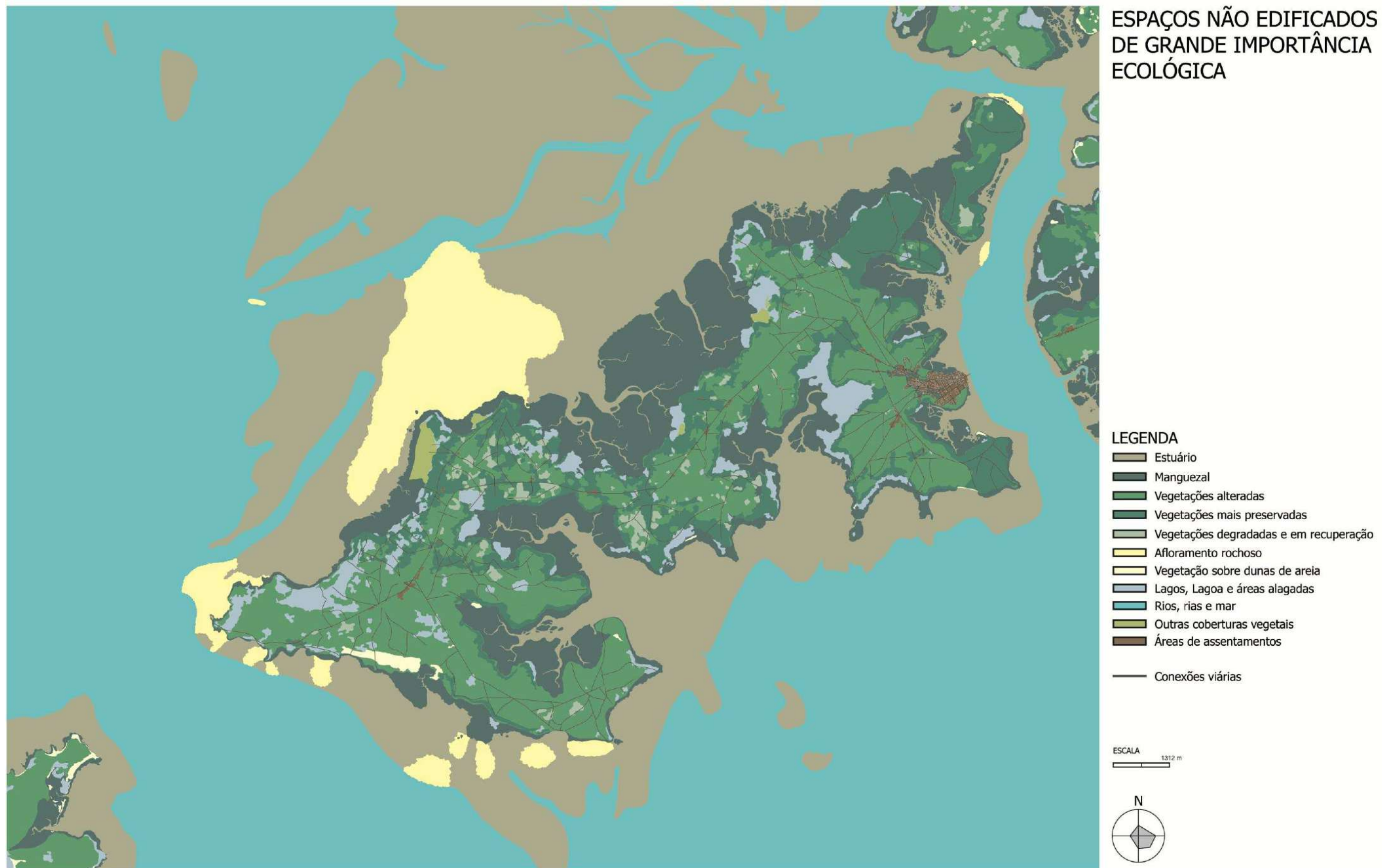
Mapa 6: redes hídricas (Fonte: desenho do autor sobre o mapa da missão geo-hidrográfica da Guiné (CRESPO, 1955) e correção com o levantamento no campo, 2014).



Mapa 7: espaços associados as atividades de lazer, comércio e contemplação sociocultural (Fonte: desenho do autor sobre o mapa da missão geo-hidrográfica da Guiné (CRESPO, 1955) e correção com o levantamento no campo, 2014.



Mapa 8: espaços associados às atividades agrícolas, plantações e pecuária (Fonte: desenho do autor sobre o mapa da missão geo-hidrográfica da Guiné (CRESPO, 1955) e correção com o levantamento no campo, 2014).



Mapa 9: espaços de grande importância ecológica (Fonte: desenho do autor sobre o mapa da missão geo-hidrográfica da Guiné (CRESPO, 1955) e correção com o levantamento no campo, 2014).

3.3.6. CONEXÕES VIÁRIAS

Para conexão da unidade territorial, a Ilha de Bolama dispõe de 49,5 km de extensão viárias, referente ao acesso a partir da cidade, a diferentes aldeias e localidades que, anteriormente, eram de importante interesse até final do período colonial (1973). O ramal principal (eixo estrutural)¹⁰ com 22Kms, ligava a antiga vila (centro da cidade) à Ponta Oeste e dando acesso a diferentes localidades através das vias secundárias de distribuição. Ao longo de ramal principal e vias secundárias são notáveis as travessas (conexões locais) e trilhas de pedestre, que além de constituírem espaços de contemplação cultural e atividades sociais, conectam diferentes aldeias como áreas de interesse agrícola, pescado e pecuária. Essas vias essencialmente chegam a aparecer em diferentes localidades da cidade, a facilitar a conexão entre diferentes bairros, já que no período da chuva algumas ruas tendem a se reunirem dando lugar às restingas ao longo dos seus percursos com ausência da pavimentação.

¹⁰ Ao longo do seu percurso no sentido Ponta Oeste aparecem os ramais (vias secundárias) que seguem às diferentes localidades, a 1km da cidade, o ramal para Ilha das Cobras com 7kms; a 3kms, o ramal que segue para Pista de Hidroaviões com 0,5km; a 3kms, o ramal de Ponta Doce com 3kms; a 4,4kms, o ramal de Pontia com 3kms e a 5kms, o ramal de Gã Muriá com 7kms. Na estrada de 4 kms que liga cidade à Preço Leve, na distância de 1km encontra o ramal de Calmancunda com 2,5kms; a 3kms, o ramal de Gã Fodé Bá com 0,5km (Duarte, 1946, p. 132). Sendo assim, a cidade de Bolama fica a 22 kms de Ponta Oeste, 22kms de Gã Moriá, 7,5kms de Pontia, 6kms de Ponta Doce, 3,5 kms de Pista de Hidroaviões, 5 kms de Ilha das Cobras, 4 kms de Preço Leve, 3,5 kms de Calmancunda e 3,5 kms de Gã Fodé Bá.

Na cidade existem redes de ruas não pavimentadas, na área da antiga vila do período colonial onde a maioria foi nomeada oficialmente na seção de 1 de outubro de 1874 e algumas que surgiram ao longo das áreas de transição entre o antigo centro e os aglomerados que surgiram ao seu redor na direção do interior da Ilha, assumindo papel de centro de comércio¹¹.

Referente à situação das vias, a Ilha dispõe duma distribuição que favorece conexão entre diferentes localidades. Mas pelo fato de não estarem pavimentados. Torna difícil o acesso e a circulação na ilha em época de chuva a partir do continente pela pouca frequência da barca que assegura viagem do continente para Ilha de Bolama, através de Porto de Bissau. A conexão com as demais ilhas de Arquipélago de Bijagós se dá pelo transporte das canoas.

Para tal, são caracterizadas as diferentes vias existentes na Ilha de Bolama, através da identificação de suas estruturas, dimensões e funções

¹¹ As vias que foram dadas nomes durante administração Municipal do período colonial e época posterior a essa, aparecem a Rua Alferes Milheiro, Rua João Marquês de Barros, Rua 31 de Janeiro, Av. Almirante Candido dos Reis, Travessa do Mercado, Rua Machado dos Santos, Rua Teófilo Braga, Rua João Chagas, Rua Governador Sequeira, Rua Sá de Bandeira, Rua António José de Almeida, Ramal Principal, Rua Latino Coelho, Rua 5 de Outubro, Rua Governador Albuquerque, Av. Agostinho Coelho, Av. da República, Rua Marquês de Avila e Bolama (Duarte, 1946, p. 309). Nesse mesmo contexto apareciam Rua Gonçalo Velho, Rua Honório Barreto, Rua Governador T. Alberto Marques, Av. Leite de Magalhães, Largo Governador Carlos Pereira, Rua Ulysses Grant, Rua Bissau, Beco de Pina, Av. dos Heróis da Pacificação, Rua Magalhães Lima, Rua doutor Andrade Sequeira e Rua António Gouveia (Idem, p. 309).

através da ligação e acessos para diferentes áreas de ocupações e exploração dos recursos.

- *REDE DE RUAS*. São traçadas de forma regular e planejada apesar de não serem pavimentadas, dão acesso às casas e outros edifícios de interesse institucional e cultural. Podem contribuir para o uso extensivo do carro, caso não sejam propostas medidas que desincentiva essa prática.

- *EIXO PRINCIPAL (AV. MARQUÊS DE AVILA E BOLAMA E AV. DA REPÚBLICA)*. Torna importante por ser a via principal da cidade e constituir um espaço de memória no qual as armadas desfilavam no período da colonização portuguesa e que eram ocupadas quando tinha alguma manifestação sociocultural e/ou celebração política na cidade. O seu percurso favorece a percepção visual da paisagem em diferentes escalas.

- *EIXO HISTÓRICO (RUA SÁ DE BANDEIRA)*. Liga as duas as áreas de encosta e torna importante do ponto de vista de acesso, que favorece no alcance de duas áreas de ecossistemas frágeis (manguezais), o que pode constituir um problema, por facilitar as explorações e ocupações nos arredores dos seus topos, nas áreas que deveriam ser protegidas e restringidas à ocupação e exploração vegetal.

- *VIA ESTRUTURAL (RAMAL PRINCIPAL)*. Liga a maioria dos povoados, apesar de não favorecer oportunidades visuais pela massa vegetal ao longo do seu percurso. Em alguns trechos, a via estrutural se apresenta com dimensões variadas entre 12 a 5 metros de largura, nas quais chegam a

ser confundidas com trilhas de pedestres, principalmente na época de chuva. Talvez seja um dos motivos que condicionaram a construção de algumas casas na parte dos trechos dessa via, o que pode provocar desocupação e/ou desvio da via, no caso da proposta de planejamento que recupere a sua função como meio estruturador.

- *VIAS SECUNDÁRIAS*. Cumpre papel de vias coletoras e de distribuição para diferentes áreas de interesses agrícolas, plantações e aldeias rurais. Aparecem com larguras variáveis de 4 a 2 metros de largura e não são definidos formalmente os sentidos dos seus percursos, o que potencializa o acesso para diferentes áreas da ilha.

- *TRAVESSAS*. Constituem tipos de vias encontradas nas áreas de transição, na parte da cidade, em direção às aldeias que normalmente ligam duas margens de povoados, mas em alguns trechos, tornam irreconhecíveis pelas manchas de vegetações, principalmente na época de chuva.

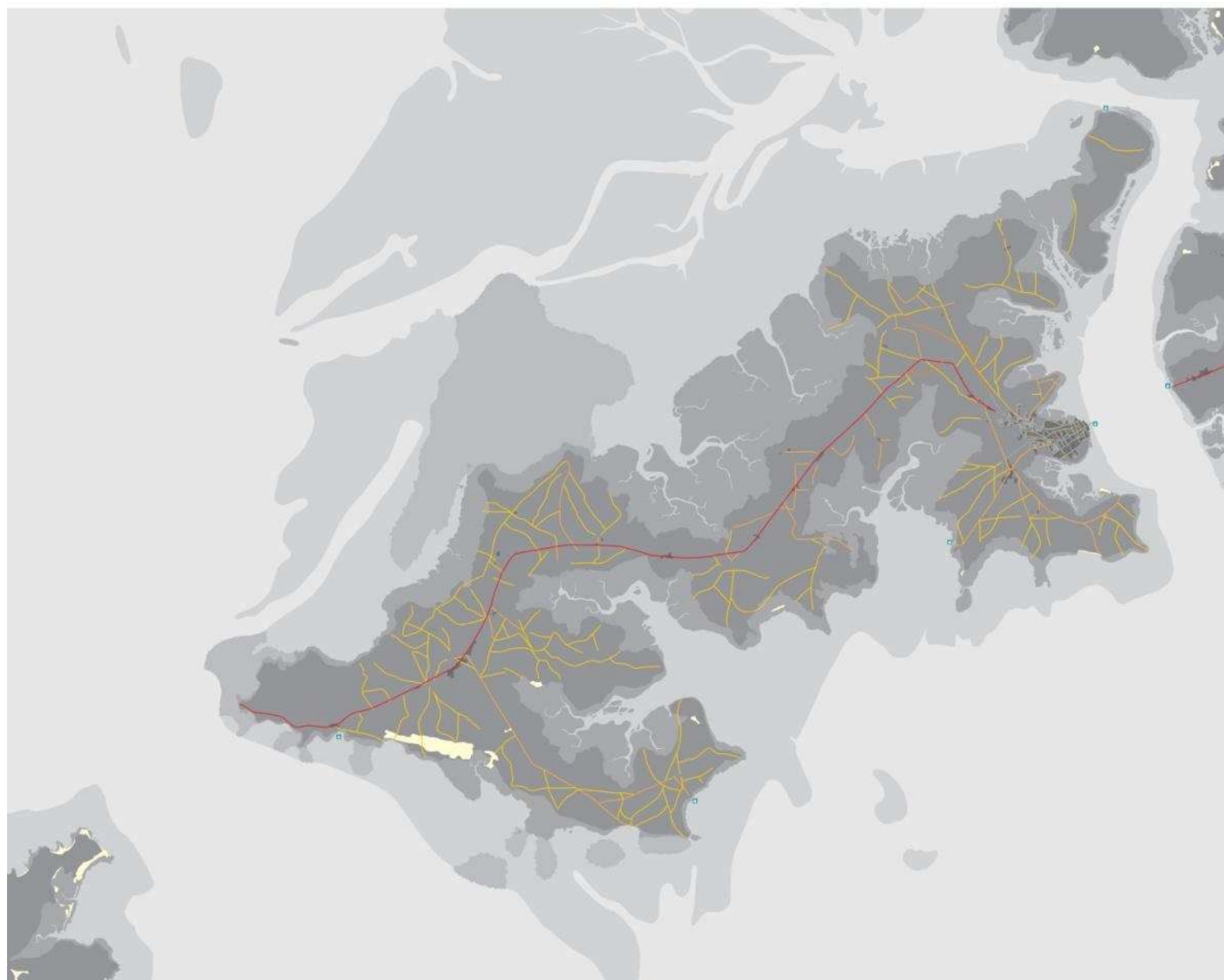
- *TRILHAS*. Trata de caminhos objetivos em função de percursos urgentes, que apesar de pequenas com larguras de 1 a 2 metros, podem incentivar a exploração e a ocupação de áreas mais preservadas, visto que é o percurso de pedestre que torna mais fácil a identificação das áreas favoráveis para ocupação e para prática de exploração do recurso.



Foto 17: rua principal - Av. Marquês de Ávila e Bolama (Fonte: autor, 2014).



Foto 18: ramal principal - via estrutural (Fonte: acervo digital do autor, 2012).



CONEXÕES VIÁRIAS

LEGENDA

- Áreas de Assentamentos
- Áreas de explorações
- Áreas Poucos explorados
- Áreas de Extrativismo
- Rede Hídrica

- Eixo Estrutural
- Vias Secundárias
- Trilhas de Pedestre
- Redes de Ruas
- Curvas de Nível
- Estações de Barcas

ESCALA 1:12 m



Mapa 10: conexões viárias (Fonte: desenho do autor sobre o mapa da missão geo-hidrográfica da Guiné (CRESPO, 1955) e correção com o levantamento no campo, 2014)

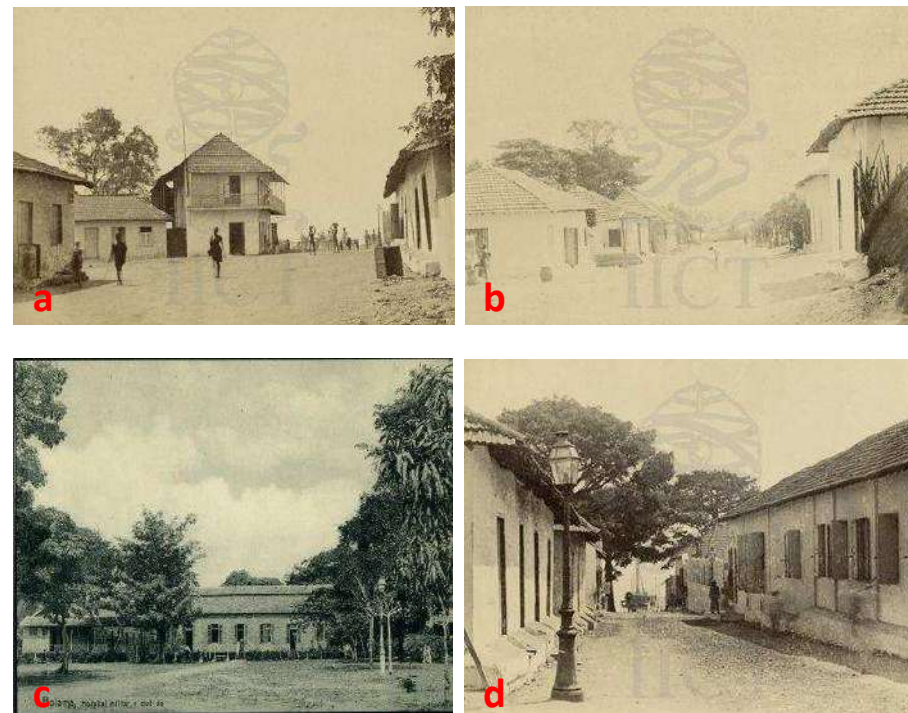
3.4. EVOLUÇÃO ANTRÓPICA E A DINÂMICA DA PAISAGEM

Sobre a evolução da paisagem são considerados os processos históricos, culturais, naturais e decorrentes das intervenções humanas que contribuem para a transformação da paisagem conforme a ocupação urbana, periurbana e rural e as explorações dos recursos.

Nesse caso, torna-se importante o destaque de diferentes períodos e intervenções que tornaram marcos da história do lugar, como a colonização territorial, a subtração e a fragmentação (TARDIN, 2008).

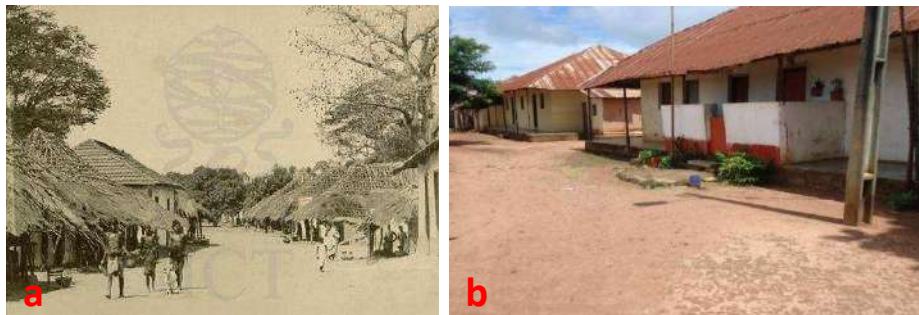
3.4.1. COLONIZAÇÃO TERRITORIAL (ATÉ 1941). É marcada pelas primeiras apropriações na ilha e durante o encontro de portugueses, brames, manjacos, bijagós e baseadas na Bolama. O período de intensos conflitos para posse e apropriação de terra entre os kaabunke e os portugueses é caracterizado pelo surgimento das primeiras ocupações de tipo palhota de adobe e pau-a-pique e algumas com telhas cerâmicas, motivadas pelos tipos de explorações de recursos baseados na prática tradicional da agricultura de subsistência dos donos da terra e no sistema de capitalização de agricultura não industrializada, através da produção extensiva de amendoim empregada pelos colonialistas, mais tarde itinerante, como resultado da prática de herança colonial e justificada pelo comprometimento das técnicas de produções tradicionais. Nos fins do século XIX, aumentou a influência de ocupação na antiga vila do período, causa motivada pela sua nomeação á capital da província portuguesa na Guiné (1879) e que contribui para

exploração de madeira e borracha na Ilha de Bolama. Embarcação de produtos que vinham da Península de Quinara (DUARTE, 1946, p. 298).



Fotos 19: (a) Rua governador (1892), (b) Rua de Gan Creoula (1892), (c) hospital civil e militar e (d) travessa do mercado na antiga vila durante o período colonial (Fonte: Capitão Barahona. Acesso: Instituto de Investigação Científica Tropical. Disponível em: <http://act.iict.pt/view/actd:AHUD6164>. Acesso: 06/10/2015. (22a e 22b). E Guinea Bissau (Portuguese Guinea). Disponível em: <http://www.postcardman.net/guineabissau.html>. Acesso: 05/10/2015. (19c e 19d).

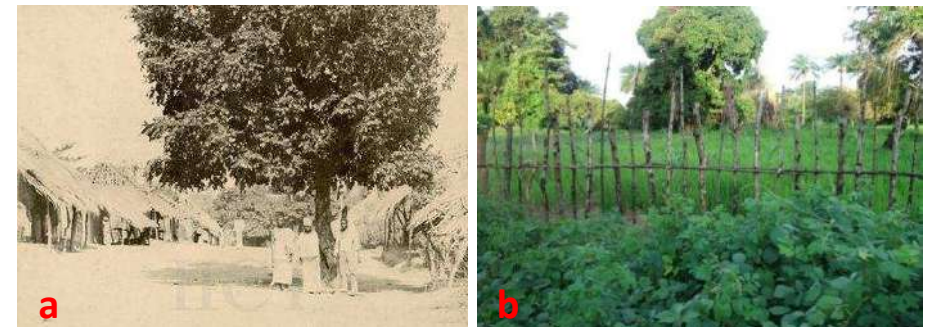
3.4.2. SUBTRAÇÃO (1941 A 1973). Marcada pela expansão de novas formas de ocupação e exploração que subtraíram os espaços não edificados de grande importância ecológica, entre as mais significativas, as florestas derrubadas para plantações. São comuns nesse período, a ocupação das áreas de transição nos arredores da antiga vila do período colonial, que se intensificou com a transferência da capital política e econômica para Bissau. O que contribuiu para criação de uma nova tipologia de paisagem caracterizada pelas cooperativas, cujas construções se tornaram fáceis pela transição política, falta de regularização e planejamento na implantação de ocupações e determinação de tipos exploração dos recursos.



Fotos 20: (a) área de transição no período colonial e (b) atual (Fonte: Capitão Barahona. Instituto de Investigação Científica Tropical. Disponível em: <<http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD6166>>. Acesso: 05/10/2015 (20a) e autor, 2014 (20b).

3.4.3. FRAGMENTAÇÃO (1973 A 2010). Com o surgimento de diversas terras agrícolas, plantações de monocultura de amendoim e

exploração de madeira destinada ao mercado europeu, surgiram tipos de paisagem resultante dessas intervenções, onde algumas manchas de floresta em recuperação com novas configurações visuais e função socioambientais começaram a intensificar – apesar de surgimento das plantações de caju – de modo acelerado, novas práticas de agricultura itinerante baseadas na queima de floresta e no corte das árvores. Esse fator, além de criar paisagens com baixo valor cênico, fragmentou o conjunto que anteriormente constituía um único sistema de paisagem e, entre outros fatores, contribuiu para criação de áreas em desuso e, em alguns casos, abandonados nas aldeias rurais e próxima as áreas de transição.



Fotos 21: (a) Povoado de Intacha (1892) e (b) plantação de arroz (2012)

Fonte: Capitão Barahona. Instituto de Investigação Científica Tropical. Disponível em: <<http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD6167>>. Acesso: 05/10/2015 (21a) e autor, 2012 (21b).

4. IDENTIFICAÇÃO GEOBIOFÍSICA E ANTRÓPICA DAS UNIDADES DE PAISAGEM

A identificação e caracterização das unidades de paisagem é baseada na relação e interrelação entre os elementos de caráter geobiofísicos (relevo, solo, hidrografia e vegetação), e nas ações humanas, tais como explorações de recursos manifestados entre outros fatores, na apropriação de terra e outras atividades socioculturais e econômicas definidoras de usos e formas de ocupação do solo e exploração dos recursos ambientais (MONTEZUMA et al., 2014, p. 5).

4.1. DIMENSÃO GEOBIOFÍSICA NA COMPARTIMENTAÇÃO E PRODUÇÃO DAS UNIDADES DE PAISAGEM

4.1.1. RELEVO

A configuração do relevo da Ilha de Bolama apresenta-se em forma de planície com poucas variações que constituem as áreas alagadas e braços dos rios. São notáveis as três partes, que na época da chuva, quando a água está em nível alto, se destaca a Ilha de Cobras e duas grandes áreas da ilha. As partes unidas e definidas por manguezais são recortadas pelos meandros de rios e rias, e constituem as grandes fragmentações assentadas dos estuários, que aparecem como fundo e destacam a ilha entre as partes definidas pelas rochas, dunas e estuários.

Nas áreas mais baixas são comuns as superfícies de diferentes níveis, que definem as esplanadas alagadas e os corredores de fluxo dos rios

como fragmentos das partes acidentadas com inclinações suaves notáveis pela influência de maré baixa. Nas partes mais altas, há pontos com pouco mais de 30 metros e parte de corrente das águas que seguem os meandros dos rios. Na parte influenciada pela maré que constituem unidades de deposição de solos vindas pelo processo erosivo e parte de espraiamento das águas com alto teor de sal. Logo, a configuração do relevo passa a definir claramente as três Unidades de Paisagem (UP), o estuário com parte coberta pelos manguezais, o litoral rochoso, e os fragmentos de dunas de areias. Essas estruturas se encontram localizadas como fragmentos em unidades protegidas pela influência do continente que contribui para direcionamento do fluxo hídrico da ilha, influenciado pela maré alta e vazão das duas bacias de rios Geba e Bolola, o que contribui para definição de outras unidades.



Foto 22: relevo mais acidentado da ilha nos arredores do bairro Luanda
(Fonte: autor, 2014)

4.1.2. SOLO

Os solos resultam da decomposição progressiva das rochas, que aparecem em diferentes camadas estruturadas pela formação do relevo, que apresentam em tipologias diferentes de acordo com o nível e/ou a profundidade. E a grande quantidade de água doce no subsolo e a alta capilaridade do solo argiloso, contribuem para o processo do desenvolvimento das vegetações, que definem a cobertura de superfícies mais altas e protegidas da influência da maré alta (TEIXEIRA, 1962). Os solos aparecem úmidos em grande parte das áreas e dos períodos do ano. Isso ocorre devido à baixa altitude do terreno e sua influência pelas fortes chuvas, marés altas e fluxo dos rios, onde até nas áreas mais altas é possível encontrar grande quantidade de água em 5 metros de perfuração.

Tendo em consideração as diferentes estruturas e funções que os solos desempenham nas superfícies que se apresentam descobertas e, frequentemente, úmidas, a definição das diferentes Unidades de Paisagens constituem as zonas de reprodução marinha e terrestre, a saber: o litoral rochoso (área de rocha em decomposição progressiva), as dunas (superfícies com exposição de areias brancas e que constituem áreas de praias), áreas com solo Glei úmido e que formam as esplanadas alagadas, por fim as áreas com diferentes características, como as ocupações e áreas de florestas derrubadas para culturas diversas, onde os solos descobertos podem ser vistos com tons diferentes conforme a profundidade, por estarem sujeitos e influenciados pelos processos erosivos e conduzidos pelas intensas chuvas. E

os solos cobertos passam a contribuir para definição de algumas unidades configuradas pelas estruturas vegetais nas áreas de solos úmidos com alto teor de argila.



Foto 23: solo com alto teor de argila encontrada no caminho de Calmancunda (Fonte: autor, 2015)

4.1.3. HIDROLOGIA

O fluxo hídrico é influenciado pela estrutura do relevo, cuja dinâmica se dá pela convergência de maré que passa pelas outras ilhas do Arquipélago na Oeste-Leste, o fluxo do escoamento das duas bacias de rio Geba e Corubal, e o próprio escoamento dos rios e rias da Ilha de Bolama. Esta dinâmica das correntes de água com diferentes direções e sentidos criam áreas de convergência com grades marés, o que retarda o escoamento das

águas vindas do mar e, em alguns casos, a água da chuva. Sendo assim, criam áreas alagadas e espriadas que contribuem para alteração das formas do relevo através do processo erosivo do solo e criam áreas de deposição dos restos aluviais ou superfícies de águas paradas condicionadas pela baixa drenagem do solo alto teor de argila.

Nesse caso, o encontro das águas vindas do mar e dos rios e rias de Bolama, com as duas bacias hidrográficas (Geba e Corubal), contribuem para estruturação de diferentes áreas de alagamentos nos lugares desmatados para plantação, nas áreas próximas às edificações, de modo significativo na definição de diferentes unidades de paisagem como as lagoas residuais, lagos de depressão aluvial, áreas alagadas nos arrozais. Tais configurações são estruturadas pela interação dos fluxos hídricos e baixa drenagem do solo.



Foto 24: estuário de Luanda com maré baixa e manguezais de Quinta Bijagó com maré alta (Forte: autor, 2015).

4.1.4. VEGETAÇÃO

A vegetação resulta da interação que leva em consideração a vários conjuntos de fatores biofísicos definidos pelo clima, relevo, tipo de solo e não menos importante, a dinâmica hídrica. Entre outros fatores, a intervenção humana associada aos diferentes modos de ocupações e exploração dos recursos que reflete no processo de desmatamento, que uma vez abandonada às propriedades, surgem áreas de recuperação com novas configurações de vegetação nas comunidades danificadas e/ou recuperadas. Nas áreas de recuperação, o crescimento da vegetação é influenciado por diferentes tipos de solo, dinâmica das águas e tipos de atividades anteriormente exercidas no lugar. São destacadas aqui, algumas coberturas vegetais definidoras de diferentes configurações das unidades de paisagem, como os afloramentos de dunas, as comunidades vegetais nas áreas de recuperação, as florestas mais preservadas e aquelas alteradas em parte, as vegetações características das áreas alagadas e aqueles que desenvolvem nas suas bordas.



Foto 25: arredores da granja (Fonte: autor, 2015).

4.2. DIMENÇÃO ANTRÓPICA NA PRODUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DAS UNIDADES DE PAISAGEM

4.2.1. OCUPAÇÃO URBANA/RURAL

A ocupação humana é um fator primordial na transformação e produção de novas formas de paisagem, isso se considerar as atividades socioculturais e modos apropriações associadas aos seus assentamentos, torna possível a identificação de intervenções geradoras de paisagens heterogêneas resultantes de diferentes processos históricos e culturais.

Para Ilha de Bolama são caracterizados diferentes tipos de ocupações que influenciaram as formas de paisagem, cujo destaque se dá pelas construções de diferentes tipos de edificações, desde a antiga vila do

período colonial que reúne tipos de edifícios de gosto coloniais à moderna, com adaptação de técnicas locais. Essa área é configurada pelos espaços concebidos pelas intervenções humanas diretas, onde alguns espaços livres se encontram em uso e/ou desuso.

As outras formas de ocupações que definiram novas formas de paisagem são (áreas de transição e aldeias rurais) aquelas associadas à produção agrícola, pecuária e demais atividades de caráter rural e, diferente da antiga vila do período colonial, as duas últimas áreas são configuradas pelos espaços que além de cumprirem funções de lazer, atendem às práticas de agricultura e atividades de caráter espiritual e sagrado.

4.2.2. EXPLORAÇÃO ECONÔMICA

As atividades socioculturais e diferentes modos de apropriações de paisagem através de exploração do recurso para fins de subsistência e mercado têm sido um fator importante na transformação e produção de novos tipos de paisagens de caráter agrícola, pecuária ou aquelas associadas a outras atividades agrícolas.

Nas duas áreas de transição são comuns e notáveis as hortas comunitárias de diferentes espécies vegetais que aparecem em cores diversas e caracterizam o lugar através de diferentes aspectos visuais e, conforme a estação do ano. Na direção e sentido das aldeias foram verificadas as plantações de caju e culturas de amendoim e milho, que aparecem como mosaicos verdes em grande extensão com manchas marrons,

constituindo paisagens com características pouco variáveis, outrora confundidas com parte de florestas arbustivas. E, por último, e de modo significativo, são identificadas as plantações de arroz, tanto nas áreas de transição, quanto nas aldeias rurais, onde são mais notáveis e, em alguns casos, distante dos povoados, onde é comum as antigas plantações abandonadas e áreas desmatadas para culturas diversas e que aparecem em manchas de solos avermelhados e expostos a pancadas de chuva. Apesar de não constituir o tipo de paisagem resultante da atividade humana, foram encontradas as paisagens produzidas pelas térmites (formigas brancas) com solos vermelho-amarelos em formas verticais e de cogumelos mais acinzentado.



Fotos 26: (a) floresta derrubada para plantação, (b) cultivo de arroz (Fonte: autor, 2014).

4.3. IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES DE PAISAGEM

Tendo em conta a interrelação dos diferentes elementos biofísicos (relevo, solo, água e vegetação) e intervenção humana (ocupação e exploração dos recursos), acima referida, são destacadas 11 diferentes unidades de paisagem (UP), cujo resultado está presente na classificação de diferentes tipologias aqui apresentadas (ver mapa 11): UP1, Manguezal; UP2, Floresta Úmida / Zona Costeira de Palmeiras; UP3, Floresta Secundária: Planícies / Zona em Recuperação e parcialmente alterada pela ação do Homem; UP4, Afroramento rochoso; UP5, Estuário: Zonas de Transição alta e baixa-mar; UP6, Litoral Arenoso / Zonas de Dunas e Áreas de praia, UP7, Lago; UP8, Lagoa costeira / Zona de Vegetação com excesso de sal; UP9, Área desmatada; UP10, Cultivo de arroz; UP11, Área de assentamentos.



Mapa 11: unidades de paisagem da Ilha de Bolama (Fonte: desenho do autor sobre o mapa da missão geo-hidrográfica da Guiné (CRESPO, 1955) e complemento com o levantamento no campo, 2012 e o mapa do Google Earth, 2014).

Quadro 1: Caracterização das Unidades de Paisagem da Ilha de Bolama (Fonte: elaboração própria, 2015¹²)

UNIDADES DE PAISAGEM		CARACTERÍSTICAS	ASPECTO VISUAL
UNIDADES POUCO ALTERADAS PELA AÇÃO HUMANA	UP 1: Manguezal	Planície úmida de solo hidromórfico marinho e rico em minerais. É uma área de transição entre ambientes terrestre e marinho. É alagada sob a influência de lençol freático, em que se desenvolve Mangue-seriba ou siriuba (<i>Avicena schaueriana</i>).	

¹² As fotografias das unidades de paisagem são tiradas de agosto a setembro de 2012 e pertencem ao arquivo digital do autor.

Quadro 1: Caracterização das Unidades de Paisagem da Ilha de Bolama (Fonte: elaboração própria, 2015¹²)

UNIDADES DE PAISAGEM		CARACTERÍSTICAS	ASPECTO VISUAL
	UP 2: Floresta Úmida / Palmeiras	Mata de vegetação densa do tipo arbóreo e formação de palmeiras, com pouca presença humana. Apresenta relevo ravoavelmente plano com diversidade de solos hidromórficos derivados de aluviões marinhos.	
	UP 3: Floresta Secundária: Planícies / Zona em Recuperação e Alteradas em parte pela atividade humana	Floresta arbórea em áreas de declividade suave com pressão do desmatamento. Áreas alagadas solos ferralítico-fersialíticos derivados de rochas.	

Quadro 1: Caracterização das Unidades de Paisagem da Ilha de Bolama (Fonte: elaboração própria, 2015¹²)

UNIDADES DE PAISAGEM		CARACTERÍSTICAS	ASPECTO VISUAL
	UP 4: Estuário e afloramento rochoso	Área entre marés abaixo do nível do mar, com depósitos fluviais constituídos por restos de couraças onde vivem algas verdes e algumas coberturas detríticas com camada de cascalho.	
	UP 5: Transição entre alta e baixa maré.	Planície aluvial quaternária, de transição rio-mar com influência das marés e fortes gradientes da descarga de água doce próximo às cabeceiras e água salgada marinha constituinte de ostras em vazes (lamas); normalmente, solos heteromórficos acinzentados com fertilidade natural variada e grande quantidade de matéria orgânica e humos dando origem às turfas.	

Quadro 1: Caracterização das Unidades de Paisagem da Ilha de Bolama (Fonte: elaboração própria, 2015¹²)

UNIDADES DE PAISAGEM		CARACTERÍSTICAS	ASPECTO VISUAL
	UP 6: Dunas e áreas de praias	Formações arenosas da faixa de praia e distante do mar, com menos influência da salinidade marinha.	

Quadro 1: Caracterização das Unidades de Paisagem da Ilha de Bolama (Fonte: elaboração própria, 2015¹²)

UNIDADES DE PAISAGEM		CARACTERÍSTICAS	ASPECTO VISUAL
	UP 7: Lago	Área com águas acumuladas em depressões do relevo.	
	UP 8: Lagoa Costeira	Área alagada com afloramentos de água salgada nas rias e braços do mar com característica de pântano e de regossolos psamíticos, constituídos por materiais detríticos arenosos pouco grosseiros com alguns trechos parcialmente cobertos por sapais.	

Quadro 1: Caracterização das Unidades de Paisagem da Ilha de Bolama (Fonte: elaboração própria, 2015¹²)

UNIDADES DE PAISAGEM		CARACTERÍSTICAS	ASPECTO VISUAL
UNIDADES ALTAMENTE ALTERADAS PELA AÇÃO HUMANA	UP 9: Áreas Desmatadas	Fragmentos de culturas diversas, na maioria (amendoim), afastados das povoações, com carácter itinerante. Nessas áreas, em alguns trechos, aparecem solos ferralítico-fersialíticos expostos com uma forte presença de cupinzeiros vermelhos com forma de catedral e cogumelos do tipo cubitermes.	
	UP 10: Cultivo de arroz	Área alagada de relevo baixo com paisagem tipicamente agrícola e semiárida próxima aos manguezais, com solos hidromórficos ricos em matéria orgânica.	

Quadro 1: Caracterização das Unidades de Paisagem da Ilha de Bolama (Fonte: elaboração própria, 2015¹²)

UNIDADES DE PAISAGEM		CARACTERÍSTICAS	ASPECTO VISUAL
	UP 11: Áreas de Assentamentos	Áreas de assentamentos com diferentes características associadas às diversas atividades humanas recreacionais, marcadas pela agricultura nas áreas de transição periférica, aldeias rurais e agrícolas, serviços e instituições na antiga vila do período colonial. Nessas áreas, são notáveis as subunidades de paisagem (antiga vila do período colonial, área de transição periférica e aldeias rurais e agrícolas) pelas suas diferentes características estruturais e funcionais e localizações geográficas.	

Quadro 2: Funções dos elementos geobiofísicos na definição das unidades de paisagem (Fonte: elaboração própria, 2015).

UPs	RELEVO	SOLO	ÁGUA	VEGETAÇÃO
UP 1: MANGUEZAL	Planície litorânea formada pelos meandros de rios com seus múltiplos braços, em que as marés se travam na praia-mar. A área está coberta pelos manguezais em todo o perímetro.	Contém solo acinzentado, salino, derivado de depressões aluviais marinhas e sujeito à inundação devido à baixa drenagem e influência das marés.	Por ser planície, as marés se alargam na praia e nos meandros de rios com seus múltiplos braços até atingir os leitos limitados pelos manguezais, quando a água está no nível mais alto.	Como ecossistema costeiro, aparecem manguezais totalmente cobertos de mangue-seriba (<i>Avicena schaueriana</i>), que tendem a se subtrair pela influência do movimento de terra nos limites de transição terrestre e aquática e também devido ao corte por parte da população, que visa nessa espécie uma alternativa de lenha para defumação de peixes.

UPS	RELEVO	SOLO	ÁGUA	VEGETAÇÃO
UP 2: FLORESTA ÚMIDA / PALMARES	Forma as áreas de encosta com o relevo suave, que define o limite das áreas de ecossistema terrestre e marítimo.	Contém solo vermelho e vermelho-amarelo com drenagem regular e alta capilaridade, sendo favorável a arboricultura, fruticultura e silvicultura pela quantidade de água e matéria orgânica que acumula.	Por se situarem nas áreas de encosta e limite de transição dos ecossistemas terrestre e marinho, a área acumula alto teor de umidade causada pela transpiração das vegetações arbustivas e capilaridade do solo argiloso. Grande quantidade de água em profundidade.	Nas florestas úmidas aparecem vegetações densas do tipo arbustivas com mais de 15 m de altura e que são destacadas pelas grandes árvores, variedade de palmeiras e trepadeiras que alagam em diferentes trechos.

UPS	RELEVO	SOLO	ÁGUA	VEGETAÇÃO
UP 3: FLORESTAS ALTERADAS	Apresenta-se suavemente inclinada, uma característica da Ilha, cujas áreas mais altas delimitam as bacias dos principais rios que dividem o território em três partes. Estas partes são formadas por dois grandes meandros que penetram no território.	Contém solos vermelhos, vermelho-amarelos, pardos e pardo-amarelados de boa drenagem e sujeitos à erosão nas áreas expostas.	Relevo suavemente e solo ferralítico do tipo argiloso, possibilita o alto grau de capilaridade, onde pode alcançar água em 0,5 metros de profundidade do solo nas áreas mais baixas. Onde altitude não excede dez metros em relação ao nível do mar. São áreas que definem corredores de água superficial, onde normalmente escorrem para afluentes dos múltiplos rios até estuários na transição para mar.	Como área de vegetação em recuperação, ainda há uma grande quantidade de árvores grandes, variedade de palmeiras e uma característica de floresta arbustiva não muito densa, em que se chega a ter um alcance visual de até dez metros de distância. Normalmente são fechadas e úmidas na época da chuva.
UP 4: AFORAMENTO ROCHOSO	Destaca-se irregularmente como fragmento rochoso ou quando o mar se encontra no nível baixo e aparece coberto de algas.	Dispõe de solos decompostos de rochas hidromórficas marinhas, sob a influência de maré em áreas expostas.	O movimento de água se faz destacar as rochas entre marés com influência do alto mar, e parcialmente cobertas com algas quando a água tiver no nível abaixo.	Por ser área com solo detrítico e forte influência da maré, apenas desenvolve afloramentos lodosos e manchas verdes depositadas pelas algas marinhas.

UPS	RELEVO	SOLO	ÁGUA	VEGETAÇÃO
UP 5: ESTUÁRIO: TRANSIÇÃO ALTA E BAIXA MARÉ	Aparece em forma de planície fluvial com sedimentos arenosos formados pelos meandros de rios com seus afluentes, em que as marés se alargam na praia-mar, com pouca variação na declividade.	Apresenta solos hidromórficos com baixa drenagem e grande quantidade de matéria orgânica. São áreas onde se reproduzem as espécies marinhas como caranguejo, ostra, lagosta, etc.	Por serem áreas de reprodução marinha, que definem os limites da maré alta e baixa, encontram-se cobertas quando a água atinge o nível máximo e expostas no nível baixo com o depósito de restos fluviais.	Normalmente os estuários permanecem sem vegetação. A área constitui a zona ostreira, onde desenvolvem caranguejos e imigram os pássaros de diferentes espécies para se alimentarem de peixes deixadas pela maré.
UP 6: DUNAS E ÁREAS DE PRAIAS	Aparece como planície ligeiramente ondulada e parcialmente coberta com vegetação, que se destaca nas áreas de praia limitada pelos manguezais.	Contém areia branca de boa drenagem com tom de cinza em alguns trechos; constitui área de praia onde espraia marés.	Devido à grande quantidade de areia com boa drenagem é ausente a presença de água, que só é possível no subsolo com alto teor de argila.	Por se tratar de área com grande quantidade de areia, a vegetação aparece em unidades isoladas com apenas alguns afloramentos do tipo rasteira, que revestem alguns trechos da superfície nas áreas afastadas do mar e próximas às florestas.

UPS	RELEVO	SOLO	ÁGUA	VEGETAÇÃO
UP 7: LAGO	Aparece como fragmentos acidentados ao longo dos declives, em que se depositam águas de chuva pelo escoamento nas áreas ligeiramente inclinadas, e depressão aluvial no subsolo influenciado pelas marés.	São depósitos de lodo nos arredores de lagos, cuja profundidade contém subsolo com alto teor de argila e rico em água doce.	Contém água reservada através de depósito influenciada pela chuva e depressão causada pelas fortes marés. Atinge nível máximo na estação da chuva e baixa gradativamente na medida em que se aproxima do inverno na estação seca.	A superfície do lago está parcialmente coberta pelas plantas aquáticas da família Nymphaeaceae, além de aguapé e outras espécies.
UP 8: LAGOA COSTEIRA	Aparece como vala originada do processo erosivo causado pelo desmatamento, no qual se deposita águas provenientes de marés altas.	Contém solo resultado do depósito aluvial deixado pela maré alta e aparece revestido em puralgas com alto teor de sal contido na água.	Permanece como depósito influenciado pela maré, muito embora a área fique alagada devido à baixa drenagem do solo e bloqueio de água influenciada pelas gramas marinhas.	A área está parcialmente coberta de gramas marinhas onde desenvolvem algas.

UPS	RELEVO	SOLO	ÁGUA	VEGETAÇÃO
UP 9: ÁREAS DESMATADAS	As superfícies dessas áreas acompanham o declive do relevo, mas, por serem fragmentos de desmatamento, há uma tendência de se tornarem planas pela influência da erosão causada pelas fortes chuvas e ventos.	Contém solos vermelho-amarelo, pardo-amarelado com drenagem regular, alta capilaridade e sujeitos à erosão nas áreas desmatadas. São argilosos, na profundidade, ricos em água doce, e favoráveis à arboricultura, fruticultura e silvicultura.	Por serem áreas de cultivo, aparecem águas paradas em alguns trechos marcadas pelas manchas de culturas e valas de irrigação. Normalmente, permanecem com ausência de água no período da seca, na qual deixam as manchas de terra cultivadas e expostas sem vegetação.	Destacam-se espécies tais como o cajueiro, a mangueira e o culturas de amendoim, feijão e outras espécies. As superfícies aparecem parcialmente cobertas de gramado na época de seca pelo acúmulo de água no subsolo.
UP 10: CULTIVO DE ARROZ	Normalmente, são de relevos suaves e baixos por se situarem nas áreas de encosta, muito embora as manchas de rizicultura se façam parecer uma irregularidade definida pela declividade.	Contém solos cinza e pardo-amarelado com elevado teor de argila. Contraem com umedecimento e endurecem com o ressecamento, são de drenagem regular e favorável à cultura de arroz, quando permanecem úmidas.	Por se tratarem das áreas de encosta, estão sujeitas a vazamento de água residual depositada pelas marés altas, que quando abaixam, deixam um aspecto pouco alagado pela influência de diques construídos para reservar água a ser utilizada durante o cultivo de arroz.	As áreas estão cobertas com arrozais, que mantêm as mesmas características durante o ano inteiro, apenas com algumas variações de cor, pois permanecem verdes na estação da chuva e amareladas no período de seca.

UPS	RELEVO	SOLO	ÁGUA	VEGETAÇÃO
UP11: ÁREAS DE ASSENTAMENTOS	Nas áreas ocupadas com presença de assentamentos, o relevo parece homogêneo e pouco acidentado em alguns pontos, como na área de transição entre a vila do período colonial e a periferia, a amplitude de declive não excede a 31 metros em relação ao nível do mar.	Essas áreas contêm solos ferralíticos vermelho-amarelo, castanho-amarelado e hidromórficos, pouco diferenciados, com teor de argila em profundidade e rico em água doce. São favoráveis à construção de assentamentos, práticas de olaria, arboricultura, fruticultura e silvicultura. É possível verificar variações entre a cidade à Ponta Oeste, em que aparecem solos avermelhados com tons de amarelo e pardo no perímetro litorâneo.	Apesar da influência de ocupação, as áreas permanecem permeáveis pela ausência de pavimento no solo, incluindo as vias que são os principais corredores de água no período de chuva. Nessa época, ocorre uma maior erosão causada pelas fortes correntezas de água nas superfícies expostas com solos de alto grau de capilaridade argilosos. Essas chegam a causar um teor de umidade ascendente, que uma vez bloqueadas pelas copas de árvores, criam ilhas de calor devido à forte radiação solar na primavera e no verão.	Apesar de variações no relevo causadas pelas fortes correntezas de água na cidade, assim como nas aldeias, as superfícies aparecem expostas como marca da presença do homem na época de seca e cobertas com gramados e poucas herbáceas durante o período de chuva. Normalmente, as áreas de assentamentos têm diferentes formações vegetais, sendo as áreas próximas às encostas com influência de floresta, cidade e algumas aldeias com cobertura de árvores em diferentes espécies como mangueira, e, principalmente, cajueiro, que, nos últimos anos, vieram substituindo as florestas nas áreas de transição com áreas de ocupação humana.

Quadro 3: Caracterização das Unidades de Paisagem da Ilha de Bolama segundo as ocupações e explorações dos recursos (Fonte: elaboração própria, 2015).

UNIDADES DE PAISAGEM	OCUPAÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS: USOS E ATIVIDADES SOCIOCULTURAIS E ECONOMICAS	PLANEAMENTO VIGENTE	CONEXÕES VIÁRIAS E NÍVEIS DE ACESSO	ESPAÇOS NÃO EDIFICADOS ASSOCIADOS À PRÁTICA DE LAZER, COMÉRCIO E ATIVIDADES SOCIOCULTURAIS:	REDES HÍDRICAS	ESPAÇOS NÃO EDIFICADOS ASSOCIADOS À PRÁTICA AGRÍCOLA, PLANTAÇÃO E PECUÁRIA	ESPAÇOS NÃO EDIFICADOS DE GRANDE IMPORTÂNCIA ECOLÓGICA
UP 1: MANGUEZAL	São encontrados alguns acampamentos de pescadores. Nessas áreas são explorados mariscos, peixes e galhos de mangue para uso medicinal, extração de lenha para cozinha e defumação dos pescados. Parte dessa área é utilizada para cerimoniais de crença espiritual.	Pertence ao conjunto de áreas protegidas pelo Decreto-Lei Nº 3/97 sob a condição de preservação.	Áreas restritas e quase não acessíveis pela ausência de vias.	Apenas foram encontradas algumas atividades espirituais e sem nenhuma área destinada às referidas práticas.	Aparecem em forma de marés que alargam na praia-mar e nos meandros de rios com seus múltiplos braços até atingir os leitos limitados pelos manguezais quando a água está no nível mais alto.	UP não avaliada nessa categoria de espaço.	São áreas onde desenvolvem os manguezais nos lugares de reprodução marinha onde abrigam maiores ecossistemas frágeis e merecedoras de cuidados específicos.

UP 2: FLORESTA ÚMIDA / PALMARES	Florestas ocupadas com poucos assentamentos rurais associados à baixa produtividade agrícola com caráter sagrado. É utilizada para cerimônia de iniciação e práticas de crença espiritual. Nas áreas de UP2 são comuns a exploração faunística, extração de mel nas colmeias em grandes árvores, vinho e olho de dendê das palmeiras. E por ter uma diversidade vegetal, torna comum a exploração da diversidade de espécies para fins medicinais, comestíveis e ornamentais.	Pertence ao conjunto de áreas protegidas pelo Decreto-Lei Nº 3/97 sob a condição de preservação, cujas intervenções são administradas sob a jurisdição do Decreto-Lei Nº 5 / março 2011.	Áreas de pouco acesso se dá através de trilhas de pedestre	Apenas no terreiro dos povoados onde ocorrem as reuniões comunitárias e práticas com caráter de trabalho familiar.	Aparecem como áreas com alto teor de umidade causada pela transpiração das vegetações arbustivas e capilaridade do solo argiloso na profundidade com grande quantidade de água	Aparecem como manchas de diversas culturas no arredor dos assentamentos, onde passam a definir estruturas das propriedades e suas definições em relação às florestas.	Aparecem como florestas mais preservadas e densas com destaque dos palmares e grupamentos de arbustos do tipo costeiro.

UP 3: FLORESTAS ALTERADAS	Áreas com grande presença de assentamentos rurais de baixa e alta produtividade agrícola. É comum a exploração agrícola de diversas culturas com fins de subsistência e destinados aos mercados. As florestas mais alteradas são usadas com finalidades da retirada de madeiras para obtenção de lenha e madeira para realização de esculturais e construção de canoas de pesca, além de outros artesanatos como utensílios de lavoura. Foi encontrada a prática de caça, atividades ligadas às crenças espirituais e uso de vegetais para fins medicinais.	Pertence ao conjunto de áreas protegidas pelo Decreto-Lei Nº 3/97 sob a condição de preservação e cujas intervenções são administradas sob a jurisdição do Decreto-Lei Nº 5-O março 2011.	Áreas com acessos dados através de vias de pedestre e vias secundárias, onde, em alguns casos, são comuns à circulação dos veículos motorizados.	Todas as atividades políticas e socioculturais ocorrem nos terreiros e centros da configuração dos assentamentos e sem nenhuma área destinada especificamente a lazer e comércio.	Aparecem como resultante de alta capilaridade, onde pode alcançar água até a meio metro de profundidade do solo nas áreas mais baixas, em que altitude não excede dez metros em relação ao nível do mar. São áreas que definem corredores de água superficial, onde normalmente escoam para braços dos múltiplos rios até estuários de transição para mar.	Aparecem como pequenas plantações de diversas culturas na maioria milho e arroz no centro e arredores dos povoados. E os mais extensivos passam a adquirir proprietários diferentes.	Aparecem em forma de florestas menos densas com manchas de desmatamento em alguns trechos. São comumente as comunidades mais procuradas para exploração e práticas culturais.

UP 4: AFLORAMENTO ROCHOSO	Áreas não ocupadas e nem acessíveis. São apenas visualizadas com a influência de baixa maré, onde aparece como afloramentos de rochas, um recurso não exploráveis pela população local.	Pertence ao conjunto de áreas protegidas pelo Decreto-Lei Nº 3/97 sob a condição de preservação.	Áreas com acesso restrito pela influência de maré.	Não avaliada nessa categoria. Por ser UP não acessível.	Aparece como resultado do movimento de água que se descarga nas rochas entre marés com influencia do alto mar, e parcialmente cobertas com lodos quando a água tiver no nível abaixo.	UP não avaliado por se constituir uma área não acessível.	Aparecem como rochas de diferentes idades que estabilizam as áreas costeiras. São localizadas nas áreas não acessíveis pela influência da maré.
UP 5: ESTUÁRIO: TRANSIÇÃO ALTA E BAIXA MARÉ	Áreas não ocupadas e apenas com a baixa maré, UP5 constitui lugares com presença humana apenas incentivadas pela exploração de mariscos e barro para produção de esculturas e usos para efeito de protetor solar.	Pertence ao conjunto de áreas protegidas pelo Decreto-Lei Nº 3/97 sob a condição de preservação.	Áreas apenas acessíveis com a maré baixa.	Apenas foi encontrada a coleta temporária de mariscos, algumas atividades de caráter espiritual e nenhuma prática de lazer ou comércio.	Aparecem sob a influência de maré alta e baixa, encontram-se cobertas quando a água atinge o nível máximo, e expostas no nível baixo com o depósito de restos fluviais.	UP não avaliado por ter outras características não identificadas a esses tipos de espaços.	Aparecem como lodo e lama, outrora em estrutura de argila onde são com o habitat de espécies marinhas. Esses espaços são importantes por constituírem áreas da transição de ecossistema terrestre e marinho.

UP 6: DUNAS E ÁREAS DE PRAIAS	Áreas com algumas palhotas temporárias nos arredores das praias. São poucos explorados para fins turísticos, mas em alguns casos são usadas para lavagem sagrada dos iniciados. E não foi verificado exploração de areia para edificações. Apenas foram encontradas algumas marcar da retirada de cascalho (pedra britada) no caminho de calmancunda.	Pertence ao conjunto de áreas protegidas pelo Decreto-Lei Nº 3/97 sob a condição de preservação	Áreas pouco acessadas e apenas com presença de pedestre.	Aparecem como praias frequentadas apenas nas datas comemorativas ou para fins cerimoniais de crença espiritual.	Devido à grande quantidade de areia com boa drenagem, é ausente a presença de água, que só é possível no subsolo com alto teor de argila.	UP não avaliada para esses espaços pela sua propriedade de solo e configuração não favoráveis as atividades em questão.	Aparecem como barreiras de maré alta com acúmulo de areias formadas em diferentes alturas e cobertas em parte pela vegetação do tipo trepadeira. Cumprem função importante na estabilidade costeira.
UP 7: LAGO	Superfícies aquáticas não ocupadas e apenas exploradas para irrigação das plantações, práticas de crença espiritual e para consumo de gado nas atividades de pecuárias.	Pertence ao conjunto de áreas protegidas pelo Decreto-Lei Nº 3/97 sub a condição de preservação.	Superfície aquática não acessada, mas com grande presença de pedestre nos seus arredores.	Não avaliada nessa categoria, por ser uma área não acessível e com arredores explorados com outros objetivos.	Contém água depositada através da chuva e depressão causada pelas fortes marés. Atinge nível máximo na estação da chuva e baixa gradativamente na medida em que se aproxima do inverno na estação seca.	Os espaços em questão aparecem nos arredores de lados como grandes manchas de arrozal e plantações ou propriedades ocupadas pelas atividades de pecuárias e fins de culto espiritual.	Aparecem como depósito de água nas áreas com acidente de relevo e influenciada pela baixa drenagem de terra com camada de argila no subsolo.

UP 8: LAGOA COSTEIRA	Áreas não ocupadas e nem aproveitadas para fins agrícolas, apenas com a presença temporária de algumas práticas de crença espiritual e colheita de peixes deixados pela influência da maré. É notável a lavagem sagrada dos circuncidados (fanados) nas lagoas durante períodos de iniciações.	Pertence ao conjunto de áreas protegidas pelo Decreto-Lei Nº 3/97 sob a condição de preservação.	Áreas quase nunca acessadas, cuja presença de pedestre se dá com a maré baixa.	Não avaliados nessa categoria, visto que são áreas de difícil acesso com características não favoráveis à prática de atividades em questão.	Aparecem como áreas alagadas sub a influência da maré e solos com baixa drenagem.	UP não avaliada nessa categoria de espaço, por constituir áreas não aproveitadas para fins econômicos. Apesar dos arredores são áreas temporariamente usadas para atividades de fins espirituais.	Aparecem como mancha de água vazada pela influência da maré nos meandros dos riais e rias.
UP 9: ÁREAS DESMATADAS	Áreas fortemente ocupadas com presença de assentamentos nos arredores e associadas às práticas de crença espiritual, atividades culturais e de agricultura de diversas espécies. Algumas florestas desmatadas para plantação se encontram abandonadas e outras em exploração com a monocultura de amendoim ou plantações de caju em crescimento.	Pertence ao conjunto de áreas protegidas pelo Decreto-Lei Nº 3/97 sob a condição de preservação, cujas intervenções são administradas através da jurisdição do Decreto-Lei Nº 5-O março 2011	Áreas muito acessadas, cujo acesso se dá pelas vias estrutural, secundárias e trilhas de pedestre.	São temporariamente encontradas as atividades de troca de produtos cultivados e extraídos das florestas. E apenas acontecem as práticas de festivais nos arredores associadas às feiras itinerantes.	Aparecem em forma de águas paradas em alguns trechos marcadas pelas manchas de culturas e canais de irrigação. Normalmente, permanecem com ausência de água no período da seca, na qual deixam as manchas de terra cultivadas e expostas sem vegetação.	Aparecem como parte de propriedades coletivas, de famílias com parentesco assegurado pelo grau de sangue ou consideração e reúne áreas de posse tradicional e algmas destas abandonadas. São na maioria arrozais, horas comunitárias, áreas próximas à plantação, pecuária e outras atividades de caráter econômicos.	Apesar de algumas áreas desmatadas, são encontradas com vegetações em recuperação, não são avaliadas como áreas de grande importância ecológica.

UP 10: CULTIVO DE ARROZ	Áreas ocupadas com grande presença de assentamentos e caracterizadas pelas práticas agrícolas de diversos tipos coletivos, familiares e privadas. Os arredores são influenciados pelo cultivo de arroz. E é comum a presença das pessoas que vigiam suas plantações e que na época de colheita (mpam-mpam) costumam fazer cerimônias sagradas associadas à cultura de arroz.	As intervenções são administradas sob a jurisdição do Decreto-Lei Nº 5-O março 2011.	Área de grande permanência com acessos dados através de vias secundárias e trilhas de pedestre.	Áreas muito caracterizadas pelo trabalho familiar e comunitário. E apesar de troca e interação, não encontramos atividades de lazer e comércio.	Aparecem como áreas alagadas e sujeitas ao vazamento de água residual depositada pelas marés altas, que, quando abaixam, deixam um aspecto pouco alagado pela influência de diques construídos para reserva de água a ser utilizada em função do cultivo de arroz.	Áreas caracteristicamente marcadas pelos canteiros de plantações do arroz de diferentes idades, algumas abandonadas e outras tomadas pelas vegetações rasteiras. São espaços onde ocorrem atividades culturais com caráter fundiária associada à apropriação de terra para produção agrícola e plantação.	Áreas de cultivo constitui grande valor social e econômico, mas não são classificados para categoria em questão.
-------------------------	---	---	--	--	---	--	---

UP11: ÁREAS DE ASSENTAMENTOS	São áreas com diferentes tipos de assentamentos e atividades humanas. A antiga vila do período colonial concentra usos institucionais e as áreas de transição e rural têm lugares onde ocorrem atividades agrícolas e explorações dos recursos associados ao modo de vida local.	As intervenções são administradas sob a jurisdição do Decreto-Lei Nº 5-O março 2011.	Áreas de permanência muito acessíveis. São encontrados todos os tipos de vias caracterizadas neste trabalho e concentração de diversas atividades com características diferentes.	Os espaços destinados e oficializados para atividades de lazer, comércio e outras práticas socioculturais. São comuns na antiga vila do período colonial e nos arredores de áreas de transição e podem aparecer como propriedades públicas, coletivas ou privadas com formas diferentes e muita das vezes em desusos. São de domínio público as praças, campos e espaços de comemoração festiva como Quinta Bijagó, parques de plantação e espaços configurados pelas sombras de grandes áreas. E os espaços de uso privado são caracterizados pelos quintais de casas e edifícios de caráter institucionais e algumas áreas de culto.	Apesar da influência de ocupação, as áreas de assentamentos permanecem permeáveis pela ausência da pavimentação de calçadas e áreas de permanência, incluindo as vias que são os principais corredores de água no período de chuva. Na época da chuva ocorre a maior erosão causada pelas fortes correntezas de água nas superfícies expostas com solos de alto grau de capilaridade. Essas chegam a causar alto teor de umidade ascendente, que uma vez bloqueadas pelas copas de árvores, criam Ilhas de calor devido à forte radiação solar na primavera e no verão.	Nas áreas de assentamentos os espaços agrícolas e de plantação aparecem como pequenos canteiros, principalmente nos arredores de áreas de transição onde as maiorias dos assentamentos aparecem no meio das plantações de arroz e outras especiais resultante de produções coletivo. Nessas áreas são comuns as práticas como cria de ovelhas e outras domesticações.	Apenas constituem áreas de grande importância ecológica, as áreas de encostas com presença de mangues onde nos arredores são construídos alguns assentamentos.
------------------------------	--	--	---	--	---	---	--

Quadro 4: Potencialidades, Limitações e Aptidão das Unidades de Paisagem (Fonte: elaboração própria, 2015).

UNIDADES DE PAISAGEM		AVALIAÇÕES DOS ATRIBUTOS BIOFÍSICOS DAS UNIDADES DE PAISAGEM		
		Potencialidades	Limitações	Aptidão
PAISAGEM ALTAMENTE ANTROPIZADA	UP 1: Manguezal	-Paisagem com atributo biofísico e econômico avaliadas em alto grau. Por se tratar de áreas com formação vegetal primaria e pouco alteradas, grande quantidade de água subterrânea salobra, rica em nutrientes e matéria orgânica que atraem a grande presença de aves marinhas e variedade de peixes.	- Paisagem cujo recurso biofísico é vulnerável à exploração vegetal e à ocupação. Por se tratar das áreas baixas de ecossistemas frágeis e reprodução marinha. São áreas de difícil acesso, cuja presença humana se torna insignificativa.	São áreas adequadas à educação ambiental, pesquisa científica, turismo ecológico, extrativismo controlado de recursos pesqueiros, manejo de recursos vegetais para fototerapia e madeira, etc.
	UP 2: Floresta Úmida / Palmares	-Paisagem com alto valor socioeconômico e ambiental. Por se situar nas formações de relevos assentados com solos de boa drenagem, ricos em nutriente e subsolo rico em água doce. São formações de matas com diversidade de espécies vegetais e animais.	-Paisagem de terra baixa com alta vulnerabilidade a exploração de solo e vegetação, por se tratar de formações primárias em áreas de encosta e sujeitas a erosão. São áreas de reprodução de espécies terrestres e uma alta referência visual. Apesar de ser usada para cerimônias rituais. Devem permanecer com acesso controlado as explorações de madeira e caça.	Área que devem se limitar à visitação referente a pesquisa biológica e exploração vegetal para fins medicinal.
	UP 3: Floresta Secundária: Planícies / Zona em Recuperação e Alteradas em Parte pela atividade humana	-Paisagem avaliada com alto valor biofísico. São áreas com diversos tipos de solos favoráveis à prática agrícola e ainda por se tratar de lugares com acessos parcialmente favoráveis às explorações apresentam parte de formações vegetais preservadas e em recuperação das explorações anteriores.	Parte dessas formações se encontram próximas às áreas alagadas com presença de água salgadas. São áreas sujeitas à erosão no caso da corte de árvores ou descobrimento do solo.	Áreas que devem ser destinadas à extração sustentável de argila, areia, cascalho, madeira, água subterrânea e plantas medicinais. Essas áreas são favoráveis à prática de agricultura, horticultura e plantação de diversas espécies e, expansão rural e agrícola ou práticas silvicultura e reflorestamento.
	UP 4: Estuário e aforamento rochoso	- Paisagem avaliada em alto grau geológico onde há grande presença de aves marinhas que imigram para alimentar os peixes quando as marés baixarem.	São áreas de difícil acesso e vulneráveis a exploração do tipo, extração de cascalho e argila branco-amarelados. Uma vez que pode causar grandes problemas ambientais como a rápida deformação de rochas detriticas e poluição das águas nas áreas de reprodução marinha.	São áreas que podem ser destinadas a visita de estudo, turismo ecológico no período de maré baixa e possíveis práticas de pesca extrativistas controladas na ausência das aves marinhas.
	UP 5: Transição alta e baixa maré.	São áreas avaliadas com alto valor econômico, por se tratar de meios onde reproduzem os mariscos e peixes que são coletados pelos moradores e extração de lama para produção de utensílios domésticos.	-Paisagem que apesar de difícil acesso, os seus meios ecológicos são vulneráveis a ocupação por se tratar de áreas de reprodução e transição dos ecossistemas marinhos e terrestres. São áreas limitadas à prática agrícola, pela baixa drenagem do solo e alto teor de sal que contem a água.	Áreas destinadas à coleta de marisco, visitação de caráter científico, turismo e exploração controlada de solo para prática de olaria.

	UP 6: Dunas e áreas de praias	Paisagem de alto valor cênico, cujo elementos biofísicos é de alta qualidade ambiental. Visto que são ecossistemas que abrigam diversidade biológica com formação de flora que abrigam insetos, répteis, anfíbios, pequenos mamíferos e diferentes espécies de aves marinhas que utilizam a área para construir seus ninhos.	-Paisagem avaliada com alta vulnerabilidade à exploração, por se tratar de áreas frágeis e barreira natural das grades marés que funcionam como área de proteção do lençol freático, a entrada de água do mar com alto teor de salinidade. E uma vez explorada, pode comprometer o ecossistema aquático.	Áreas aptas a prática de turismo, lazer, esporte de praia e extração sustentável de areia para fins artísticos.
	UP 7: Lago	-Paisagem de alto valor econômico e biofísico. Apesar de ser área inacessível, a água doce é usada para irrigação nas plantações de arroz, culturas diversas na época de seca e nutrição dos animais que bebem ao longo do arredor de lagos. Nessas áreas aparecem várias aves para se alimentar de peixes nas margens de lagos.	-Paisagem avaliada com áreas e arredores de alta vulnerabilidade à ocupação humana por se tratarem de margens alagadas onde as atividades sociais podem influenciar poluição de alto nível e causar riscos sociais, visto que são lugares não apropriados para implantação de assentamentos.	As suas margens podem ser direcionadas as visitas turísticas e de pesquisa científica. E os lagos podem ser aproveitadas na extração de água doce para irrigação nas plantações e hortas, principalmente na época de seca, uma vez que a região não apresenta técnicas industrializadas de irrigação.
	UP 8: Lagoa Costeira	-Paisagem de alto valor biofísico e apesar de acesso parcialmente restrito são avaliadas com grande função ambiental, visto que se trata das margens de influência das marés onde acumula matéria orgânica com reprodução de espécies aquáticas.	-Paisagem de baixo valor econômico, por referir as lagoas de água com alto grau de salinidade e margens alagadas com vegetação de baixa importância. São consideradas de alto valor biofísico e cênico e trata de áreas ambientais de ecossistemas hídricos frágeis e vulneráveis às atividades humanas referentes à construção de assentamentos e outros manifestos que poder incentivar a poluição no caso de produção de resíduos.	Áreas cujos acessos devem permanecer restritos as atividades humanas e suas margens devem ser protegidas de ocupações.
PAISAGEM MUITO ALTERADA PELA AÇÃO HUMANA	UP 9: Áreas Desmatadas	-Paisagem que apesar de ser resultante do desmatamento da floresta, tornam áreas de oportunidade de projeto, cuja função pode conectar diversas áreas com diferentes características socioculturais, econômicas e ambientais. Podem tornar áreas de assentamento, atividades agrícolas com diversas características, desenvolvimento das práticas de turismo e lazer e outras atividades humanas ou que retornar a área ao meio ambiente natural.	-Paisagem resultante da degradação florestal nas áreas desmatadas para plantação de culturas de amendoim e caju, por se apresentarem com solos descobertos, tornam áreas com maior ocorrência de erosão. Quanto mais sofrem com as chuvas, essas áreas tornam-se menos favoráveis às atividades agrícolas, visto que a água tende a levar parte mais nutritiva do solo.	Áreas destinadas ao reflorestamento com diferentes características ou atividades agrícolas diversas quando apresentam solos adequados a essas atividades, os lugares podem ser direcionados a futura expansão dos assentamentos, pelo menos quando se encontram nas áreas mais altas e não inundáveis com fácil acesso.
	UP 10: Cultivo de arroz	-Áreas com fácil acesso e que constituem espaços de memória com exclusivo caráter cultural e alto desenvolvimento econômico, através de produção de arroz de sequeiro, nessas áreas, são praticadas outras atividades econômicas a referir as produções de olarias para atividades domésticas e vendas no mercado, visto que o solo favorece a esse tipo de prática. E atividades socioculturais referentes às festas tradicionais de coletas de produção, onde aparecem assentamentos com diferentes	-Paisagem limitada à prática de produção, apesar de se tratar de áreas acessíveis, são pouco frequentadas no manifesto de atividades de lazer. Por serem áreas inundáveis e alagadas, são muito limitadas a ocupação e construção de assentamentos.	Áreas que podem ser destacadas aos estudos sociais, prática de turismo rural e uma gestão qualificada de processamento agrícola especializada na produção de arroz.

		tipologias nos arredores das áreas de produção e são paisagem com diferentes características visuais ao longo do ano.		
	UP 11: Áreas de Assentamentos	-Paisagem tipicamente caracterizada por assentamentos diversos. Destacam-se como potencialidades, as diversas práticas socioculturais e econômicas que ocorrem nas áreas de antiga vila do período colonial, áreas arredores dessa vila e as aldeias rurais e agrícolas com diferentes características e modos de vida produtivo das populações. São notáveis atividades de intenso comércio e agricultura comunitária e familiar, manifestações culturais de caráter religioso, esporte e lazer e outros manifestos temporariamente decorrentes segundo as iniciativas da administração local. São áreas que de se tratam da paisagem muito dinâmica pela sua transformação, abrigam importantes espaços de memória, monumentos e edifícios históricos com específico caráter patrimoniais.	-Paisagem com recurso biofísico muito explorado, apesar de conter diversas plantações de espécies comestíveis e solos aptos a prática de agricultura e horticultura. Nessas áreas, são notáveis solos descobertos, apenas com afloramentos de gramados na época de chuva, o que torna possível um processo erosivo muito intenso na deformação das vias não pavimentadas, uma vez que compreendem funções de corredores de água na ausência de galerias fluviais.	Áreas de oportunidade de projeto. Relacionados aos assentamentos, essas áreas poderiam ser densificadas horizontalmente, ainda que considerem a demanda de agricultura familiar e comunitária, seria uma opção para concentrar as atividades, reduzir percursos e expansões desordenadas nas áreas de encosta. No âmbito de comércio e manifestação sociocultural, as áreas de assentamentos podem ser qualificadas como espaços turísticos, nesse caso, a antiga vila do período colonial destacaria como espaço a concorrer a classificação do patrimônio mundial. Onde seriam especializados e qualificados os projetos de intercâmbio do comércio popular de diferentes áreas da Ilha e festivais regionais de diversas práticas culturais, como músicas, danças, luta tradicional e outras práticas importantes.

CONCLUSÃO

A identificação das unidades de paisagem da Ilha de Bolama enquanto o instrumento para ordenação da paisagem nas suas dimensões biofísicas (água, relevo, solo e vegetação) e antrópicas (ocupações e exploração dos recursos), objetivo desse trabalho, tem grande importância para a população de Ilha de Bolama, se consideramos a degradação da cidade e a exploração acelerada dos seus recursos.

Entre outros fatores, é identificada a causa do abandono da vila do período colônia, a qual se dá a partir da mudança da capital administrativa para a Cidade de Bissau. Esse fenômeno, associado às imigrações para o grande centro (Bissau), contribui para o esvaziamento do antigo centro na vila do período colonial.

Outro fator importante e revelado neste trabalho é a exploração econômica como elemento de transformação da paisagem, neste caso, baseada num processo do desmatamento para promoção de plantação de caju. Assim, muitas áreas de grande importância ecológica vieram a ser comprometidas.

Esses, entre outros fatores, justificam uma urgência na defesa da ordenação da paisagem da Ilha de Bolama.

A metodologia adotada para estudo do caso leva em conta a caracterização da Ilha de Bolama e sua inserção no contexto territorial continental e insular da Guiné Bissau, e suas dimensões antrópica e

biofísica, nas quais se baseou a identificação das unidades de paisagem e o modo como estas foram analisadas.

Assim, foram analisados os elementos estruturantes de paisagem de origem antrópica, como, por exemplo, as ocupações urbanas, periurbanas (áreas de transição) e áreas rurais com manchas de cultivo, e os de origem biofísica, como as coberturas vegetais definidas pela variação dos relevos, remanescentes dos ecossistemas representativos locais. Finalmente, foram identificadas onze unidades de paisagem.

A caracterização do suporte geobiofísico contribuiu na compreensão da paisagem da ilha de Bolama, junto à identificação das ações humanas. Ambas as análises possibilitaram a identificação das unidades de paisagem da Ilha e as potencialidades, limitações e aptidões destas, que podem gerar novas configurações espaciais e funcionais como diretrizes para a ordenação da paisagem local, de modo a acomodar os processos biofísicos e as ações humanas de forma equilibrada entre suas distintas necessidades.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ANDERSEN, Maria. T.. *Para a crítica da Paisagem. (Tese de doutorado)*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1992.

BERNALDEZ, Fernando G.. *Ecologia y paisaje*. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, 1981.

BERTRAND, G. *Paisagem e geografia física global: um esboço metodológico*. Revista IGEOG/USP. Caderno de Ciências da Terra. São Paulo, USP, n. 13, 1971. Disponível em: <revistas.ufpr.br/raega/article/download/3389/2718.-pdf.html>. Acesso em: 10 jan. 2015.

BOLETIM OFICIAL DA REPUBLICA DA GUINÉ BISSAU. *Decreto-lei nº 5-A/2011 (A revisão da lei quadro das áreas protegidas*. Bissau: Ministério de Justiça, 2011).

BOLÓS, M.I.C. *Problemática actual de los estudios de paisaje integrado*. v. 15, n. 1-2. Barcelona: Revista de Geografia, 1981. pp. 45-68.

BRANDT, J. *New perspectives for Landscape Ecology*. In: Cancela d'Abreu M. E. Pinto-Correia T. (Eds.), *Challenges for Mediterranean Landscape Ecology: the future of cultural landscape – examples from the Alentejo region*. Montemor-o-Novo: Actas do I Encontro Nacional de Ecologia da Paisagem, 1998.

CAMARGO, L. H. R. *A geografia da complexidade: o encontro transdisciplinar da relação sociedade e natureza*. (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: PPGG UFRJ, 2002.

CARREIRA, António. *Os portugueses nos rios de Guiné (1500-1900)*. Lisboa: Editora do autor, 1984.

CORRÊA, Roberto L.. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: *Geografia: conceitos e temas*. 2ª Ed. (Org.). I. E. Castro; P. C. C. Gomes e R. L. Corrêa. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/raul/biogeografia_saude_publica/aulas%202014/2-Geografia%20-%20Conceitos%20e%20Temas.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2015. Pp. 15-47.

COUNTRYSIDE Commission. *Countryside Character. The character of England's Natural and man-made landscape*. Northampton: Countryside Commission. Walgrave, 1998.

CRESPO, Manuel P. *Trabalhos da missão geo-hidrografica da Guine (1948 – 1955)*. Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1955.

DANTAS, Marcelo E.; ARMESTO, Regina C. G.; SILVA, Cássio R. da e SHINZATO, Edgar. *Geodiversidade e analisa da paisagem: uma abordagem teórico-metodológica*. Campinas SP: Terræ Didatica, 2015. p. 4-13. Disponível em: <https://www.ige.unicamp.br/terraedidatica/v11_1/PDF11-1/111-1-85%20.pdf>. Acesso em: 9 Agost. 2014.

DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO NORTE. *Convenção europeia de paisagem*. Florença, 2000. Disponível em: <https://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/Landscape/VersionsConvention/portuguese.pdf>. Acesso em: 23 Nov. 2014.

DUARTE, Fauto. *Anuário da Guiné Portuguesa*. Bissau: Editora da Colônia, 1946.

FERNANDES, Maurício R. MINAS GERAIS: *Caracterização de Unidades de Paisagem*. Belo Horizonte: EMATER, 2014. Disponível em: <http://www.emater.mg.gov.br/doc/intranet/upload/livrariavirtual/mg%20caract%20unidades%20paisagem_%20parte_1.pdf>. Acesso em: 27 Maio 2014.

FROMENT, A.; JOYE C. H.. *La paysage, patrimoine naturel et culturel*. Exemple du pays de l'Herve: Notes de Recherche de la société géographique de Liège, 1987. PP. 37-48.

INSTITUTO de Biodiversidade e Áreas Protegidas. *Reserva da Biosfera do Arquipélago Bolama Bijagós*. Bissau: Poster IBAP, 2007. Disponível em <http://www.ibapgb.org/Reserva_da_Biosfera_do_Arquip%C3%A9lago_Bolama_Bijag%C3%B3s.html>. Acesso em: 14 Fev. 2013.

INSTITUTO Nacional de Estatística e Censos. *Guiné Bissau em Números 2005*. Bissau: Nova Gráfica, 2005. Disponível em: <[\[guineebissau.com/publicacao/GB_Numerofinal_Publica%C3%A7%C3%A3o1.pdf\]\(http://www.stat-guineebissau.com/publicacao/GB_Numerofinal_Publica%C3%A7%C3%A3o1.pdf\)>. Acesso em: 2 Dez. 2014.](http://www.stat-</p></div><div data-bbox=)

INSTITUTO Nacional de Estatística. *População por Região, Setor e Localidades por Sexo*. Bissau: RGPH, 2009. Disponível em: <<http://www.stat-guineebissau.com/publicacao/publicacao.htm>>. Acesso em: 03 Dez. 2014.

LEWIS, Jennifer. *Identidade e a Região Peri-Urbana de Belém do Pará: Lições para o investimento de desenvolvimento municipal*. Manaus: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2007. Disponível em: <https://www.ncsu.edu/project/amazonia/brazil_proj/Result/Identidade_Regiao_PeriUrbana_Lewis.pdf>. Acesso em: 23 Maio 2015.

MACIEL, Ana. B. C.; LIMA, Zuleide M. C. *O conceito de paisagem: diversidade de olhares*. In: *Sociedade e Território*. Natal, v. 23, nº 2. jul./dez. 2011. Disponível em: < [file:///C:/Users/Aluno%20Alojamento/Downloads/3505-8347-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Aluno%20Alojamento/Downloads/3505-8347-1-PB%20(1).pdf)>. Acesso em: 1 Fev. 2014.

MARAFON, Glaudio J.; RAMIRES, Julio C. de L.; RIBEIRO, Miguel A.; LÚCIA, Vera. (Org.). *Pesquisa Qualitativa em Geografia: Reflexão Teórica: (conceituais e aplicadas)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

MAXIMIANO Liz A. *Considerações sobre o conceito de Paisagem*. Nº 8. Curitiba: UFPR. RA'E GA, O Espaço Geográfico em Análise, 2004. P. 83-91. Disponível em: < <http://revistas.ufpr.br/raega/article/view/3391/2719>>. Acesso: 2 Dez 2013.

METZGER, Jean Paul. *O Que é Ecologia de Paisagens ?* Biota Neotropica. São Paulo: LEPaC/USP, 2001. Disponível em: <www.biotaneotropica.org.br/v1n12/pt/fullpaper?bn00701122001+pt>.

Acesso em: 09 Jun. 2014.

MCHARG, Ian (1969). *Design with Nature*. New York: John Wiley & Sons, 1992.

MILHEIRO, Ana Vaz.; DIAS, Eduardo C. *Arquitetura em Bissau e os Gabinetes da Urbanização Colonial (1944 a 1974)*. In: Universidade de São Judas. No. 2. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2º semestre de 2009. Disponível em:<http://www.usjt.br/arq.urb/numero_02/artigo_ana.pdf>. Acesso em: 27 Set. 2013.

MINISTÉRIO de Administração Interna da Guiné Bissau. *O decreto nº 59/1988* (Atualizado em 31 de outubro). Bissau: Boletim Oficial, 2005.

MONTEZUMA, R.C.M; OLIVEIRA, R.R. *Os ecossistemas da Baixada de Jacarepaguá e o PEU das Vargens*. In: Arqutextos, v. 116, 2010. Disponível em:<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/10.116/3385..>>. Acesso em: 12 Set. 2013.

MONTEZUMA, Rita Cássia Martins; TÂNGARI, Vera Regina; ISIDORO, Inês Azevedo; MAGALHÃES, Aline Moreira. *Unidades de Paisagem como um Método de Análise Territorial: Integração de Dimensões Geobiofísicas e Arquitetônico-Urbanísticas Aplicada ao Estudo de Planície Costeira no Rio de Janeiro*. In: APP URBANA. Belém do Pará: Universidade Federal do Pará,

setembro 2014. Disponível em: <http://www.academia.edu/8829796/Unidades_de_paisagem_como_um_m%C3%A9todo_de_an%C3%A1lise_territorial_integra%C3%A7%C3%A3o_de_dimens%C3%B5es_geobiof%C3%ADsicas_e_arquitet%C3%B4nico_urban%C3%ADsticas_aplicada_ao_estudo_de_plan%C3%ADcie_costeira_no_Rio_de_Janeiro>. Acesso em: 24 Out. 2014.

OLIVEIRA, Livia de.; MACHADO, Lucy Marion Calderini Philadelpho. *3º Encontro I Interdisciplinar sobre o estudo da paisagem*. Rio Claro: UNESP, 1998. (Cadernos Paisagem/Paisagens).

PINTO-CORREIA, Teresa; D'ABREU, Augusto C.; OLIVEIRA, Rosário. *Identificação de unidades de paisagem: metodologia aplicada a Portugal continental*. Lisboa: Finisterra, XXXVI, 72, 2001, PP. 195-206. Disponível em: < <http://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/1634/1328>>. Acesso em: 4 Mar. 2014.

RODRIGUEZ, José M., SILVA, Edson.V.. *A classificação das paisagens a partir de uma visão geossistêmica*. Mercator, Revista do Depto. de Geografia-UFC, 2002. 1(1): 98-115. Disponível em: < <http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewFile/198/164>> . Acesso: 3 Mar. 2014.

SANTOS, Milton. Território e sociedade: *Entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTY, Bonaventura R. V. H.. *As Representações Sociais das Mudanças do Clima e suas Implicações no Processo de Territorialização: os Bijagós da Ilha de Formosa - Guiné-Bissau*. São Carlos: UFSCar, 2012. Disponível em: <http://www.btdt.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5492>. Acesso em: 20 Maio 2014.

SARAIVA, Graça A. *O Rio como paisagem. Gestão de corredores fluviais no quadro do ordenamento do território*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia, 1999.

SAUER, Carl. O. . *A morfologia da paisagem - 1925*. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, Roberto Lobato. *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998. pp.12-74.

SCHUTZER, José Guilherme. *Cidade e meio ambiente: a apropriação do relevo no desenho ambiental urbano*. São Paulo: FAUUSP, 2004.

SILVA, Maurício Wilson Camilo da. *Arquitetura e Urbanismo do Período Colonial: Guiné Bissau*. Rio de Janeiro: Real Gabinete Portuguesa de Leitura, 2012.

SILVA, Raquel Sofia Peixoto da. *Sistema de espaços livres urbanos e reestruturação de áreas urbanas consolidadas: caso de estudo: o eixo do Rio Maracanã e sua envolvente*. Rio de Janeiro: PROURB, 2013.

SOBARZO, Oscar. *O urbano e o rural em Henry Lefebvre*. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (org). *Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2006.

SOUZA, Ana Paula Cavalcante Albuquerque de. *Ordenamento Territorial: Uma Análise do Macrozoneamento de Ipirá*. Bahia: UNEB, 2010. Disponível em:<http://www.uesb.br/eventos/simposio_cidades/anais/artigos/eixo5/5c.pdf>. Acesso em: 17 Mar. 2015.

TARDIN, Raquel. *ESPAÇOS LIVRES: Sistema e Projeto Territorial*. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2008.

TARDIN, Raquel. *Ordenação Sistêmica da Paisagem*. In: Anais do I Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – ENANPARQ – Arquitetura, Cidade, Paisagem e Território: Percursos e prospectivas. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq/simposios/18/18-231-1-SP.pdf>>. Acesso: 13 Abril 2014.

TEIXEIRA, António José da Silva. *Os Solos da Guiné Portuguesa: Carta Geral, Características, Formação e Utilização*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica de Angola, 1962.

TELLES, G. R.. *Para além da revolução*. Lisboa: Edições Salamandra, 1985.

THOMAS, Michael F.. *Landscape sensitivity in time and space: an introduction*. Catena 42. Stirling: Department of Environmental Science, University of Stirling, 2001.

USHER, M. B. *Landscape character: perspectives on Management and change*. Edinburgh: The Stationery Office, Scottish Natural Heritage and Macaulay Land use Research Institute, 1999.

UNESCO. *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*. Paris: Conferência Geral, 1972. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>>. Acesso em: 22 Maio 2014.

GLOSSÁRIO

A.

Abó – Avó na língua crioula.

B.

Bancada – Um espaço de contemplação onde os jovens e adolescentes sentam-se para se reunirem sobre diversos assuntos.

Bisabô – Avô da mãe ou do pai de um indivíduo.

Bisabó – Avó da mãe ou do pai de um indivíduo.

Bóbó – Um termo carinhoso de chamar avó na língua crioula.

C.

Caboupa – Um termo usado para referir ao povoado duma comunidade na língua Bidjug ou Bijagó.

Casa di padja – Palhota na língua crioula, uma unidade de compartimento único que abriga determinado número de pessoas nos povoados.

D.

Djiu – Palavra que significa Ilha na língua crioula da Guiné Bissau e Casamance.

E.

Ermon di luta – Irmão de luta na língua crioula, normalmente para amigos com quem traçam os percursos para conquista.

F.

Feitoria - Termo do latim *facere*, ou seja, fazer; em alemão *Faktorei*, inglês *Factory*, holandês *Factorij* que era dado nome aos entrepostos comerciais europeus em territórios estrangeiros. Inicialmente estabelecidas nos diferentes estados na Europa medieval foram, mais tarde, adaptadas às possessões coloniais.

G.

Gã ou Gan – Constitui um termo de origem Beafada na língua crioula para referir ao povoado de um determinado clã.

Gã Beafada, Cassucal, Pejungutu, Lala, Caboupa, Cabral, Canema, Ponte Doce, Uato Mandinga e Gã Moríá – São todos nomes de diferentes povoados chamados em diferentes línguas, normalmente de povos que os habitavam anteriormente.

Garandi di Bolama – Uma maneira de chamar aos adultos e idosos através de uma demonstração de respeito e admiração pelas suas experiências.

I.

Irans – Para Santy (2012) é uma entidade sagrada de práticas espirituais, existente na maioria do povo tradicional da Guiné-Bissau. Nesse caso, além da entidade, remete aos espíritos daqueles que tiveram papéis fundamentais na vida antes da morte, e constituem os espíritos que ligam os vivos aos diversos estritos da natureza.

L.

Lala – Um termo referente aos manguezais na língua crioula, em alguns casos foram usados para referir a um povoado na ilha de Bolama.

Lumó – Tipo de comércio rotativo como meio fugitivo dos impostos e alternativo da integração que fortalece a economia local.

M.

Mamé – Mãe nessa mesma língua.

Mandinga – Termo originário da língua mandé para referir ao grupo mandé e poder que exercem nos seus territórios assinalados por sufixo Nke. A Mandi+nke, vem a ser chamado de Mandinga pelos portugueses para referir a esse povo, e pelos brasileiros para referir as suas tradições de uso de colares adornos de sabedorias penduradas em forma de carteiras pelos primeiros africanos que chegaram naquela terra dos Índios.

Mandji – Mecanismo tradicional de proibição de práticas sociais desviantes e uso indevido abusivo dos recursos da natureza cuja punição, no mais das vezes, é relegada aos ancestrais (Santy, 2012). A técnica também contribui para desincentivar exploração de florestas nomeadas como sagradas.

Morança – Uma referência ao povoado na língua crioula

N.

Nala – Uma aldeia na ilha de Bolama.

N'a – Significa mãe na língua mandé ou mandinka.

Nha colegas di Kaabú – Meus colegas de Kaabu, a nossa terra na língua crioula.

Nha ermon garandi – Meu irmão mais velho na língua crioula, uma maneira de demonstrar consideração aos jovens mais velhos e queridos.

Nha gêmea – Minha gêmea na língua crioula.

P.

Polons – As grandes árvores na língua crioula, cujas sombras constituem espaços de contemplação familiar.

Pontas – Termo usado na língua crioula para referir aos tipos de propriedades privadas de plantação.

Pilar di família – O membro mais destacado da família na língua crioula.

Polon – As grandes árvores onde nas configurações das suas sobras ocorrem as atividades socioculturais e políticas das comunidades.

Puru fidju di bolama – Puro filho de Bolama na língua crioula, mas demonstra a apropriação e dedicação que um filho tem na luta para bem da sua terra.

Q.

Queruane – Uma aldeia de nome Bidjug ou Bijagó em Bolama.

R.

Régulo – Termo referente ao título dado pelos portugueses da colonial para referir a alguns chefes de aldeias que regularizavam seus interesses em relação à população no qual exerciam suas influências.

Reguila da família – O mais teimoso da família na língua crioula, aquele filho que obedecer de maneira diferente e dente a fugir das regras dos pais e que não necessariamente os desrespeitam.

T.

Tabanka – Tabanka é uma referência à propriedade privada de plantação do tabaco na língua mandé que passa a ser usada para referir as aldeias com diversos povoados.

Tchon di Bolama – Chão de Bolama na língua crioula, uma maneira de referir ao território onde o povo exerce sua influência, mas também tem poder, porque é a terra que os alimenta e que vai alimentar daqueles que morrem.

U.

Uato – Refere ao pé de cabaceira, Baobá (Adansonia Digitata) na língua Bidjug ou Bijagó e outrora na língua mandé para referir ao povoado dum determinado clã.